

OF. GAB/715

Vitória, 09 de agosto de 2022

Senhor

Vereador Davi Esmael Menezes de Almeida Presidente da Câmara Municipal de Vitória Nesta

Assunto: Sanção

Senhor Presidente,

Sancionei na Lei n° 9.865, o Autógrafo de Lei n° 11.561/2022, referente ao Projeto de Lei n° 85/2022, de autoria deste Executivo.

Atenciosamente,

Prefeito Municipal

Ref.Proc. 4745846/2022 Ref.Proc.6443/2022-CMV/DEL jfmm



O documento foi adicionado eletronicamente por VINICIUS PATRICIO OLIVEIRA, CPF: ***.*79.837-** em 25/08/2022 16:58:00. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/ e utilize o codigo abaixo: 419C3DC5-537C-4DFA-B129-C958AAD17CB3





DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE VINORIA
DE: 24/08/13022

LEI N° 9.865

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2023.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. O Orçamento do Município de Vitória, referente ao exercício de 2023, será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas na presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, no art. 137, § 1°, da Lei Orgânica do município de Vitória, e na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual e suas alterações;

IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

 $\mbox{V - as disposições sobre alterações na legislação} \\ \mbox{tributária do Município;}$

VI - as disposições finais.

Parágrafo Único. Integra, ainda, esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o que dispõem os §§ 1° e 2° do art. 4° da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com as metas fiscais para o exercício de 2023 constantes do Anexo de Metas Fiscais da presente Lei.

Parágrafo único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas,



Municipal;

do comportamento da execução do orçamento de 2022 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3°. As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2023 serão compatíveis com o Plano Plurianual, relativo ao período 2022/2025, devendo observar os eixos e diretrizes estratégicos estabelecidos pelo Governo, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2023, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1°. As diretrizes estratégicas que nortearão a formulação de programas são as seguintes:

- · Vitória da Paz e Igualdade;
- · Vitória Empreendedora e Sustentável;
- · Vitória Viva e Dinâmica;
- · Vitória Conectada e Participativa.

§2°. Os eixos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

- · Educação;
- Saúde;
- · Segurança e Serviços Urbanos;
- · Desenvolvimento Social e Cidadania;
- · Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- · Mobilidade e Obras Viárias;
- · Cultura, Esporte e Lazer;
- Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação;
- Gestão.

\$3°. O Projeto de Lei do Orçamento do Município de Vitória para o exercício de 2023 abrangerá Programas de Governo constantes no Plano Plurianual para o período de 2022/2025, discriminados em ações e seus respectivos produtos e metas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4°. O Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD, anexo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2023 discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação por funções e programas, explicitando para cada projeto, atividade ou



operação especial, meta e valores totalizados por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

- $\$1^{\circ}$. A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria n° 042, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/1999 e suas alterações posteriores.
- \$2°. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2022/2025 e suas modificações.
- \$3°. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:
 - a) pessoal e encargos sociais (1);
 - b) juros e encargos da dívida (2);
 - c) outras despesas correntes (3);
 - d) investimentos (4);
 - e) inversões financeiras (5);
 - f) amortização da dívida (6).
- \$4°. A reserva de contingência, prevista no art. 21, desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de despesa.
 - Art. 5°. Para efeito desta Lei, entende-se por:
- I programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;



V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 6°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 7°. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Art. 8°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária na forma de programas e atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 9°. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades constantes do Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 10. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e demais entidades em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos do Município apenas sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 11. O orçamento de investimento compreende a programação orçamentária das empresas públicas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.



CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. O Orçamento do Município para o exercício de 2023 será elaborado visando garantir o equilíbrio da gestão fiscal.

Parágrafo único. Os processos de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária e de execução do orçamento deverão ser realizados de modo a promover a transparência do gasto público, inclusive por meio eletrônico, observando-se, também, o princípio da publicidade, com vistas a favorecer o acompanhamento por parte da sociedade.

Art. 13. No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2023.

Art. 14. Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas origens dos recursos;

II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive, custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15. A lei orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação.

\$1°. A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

\$2°. Depois de assegurados recursos para desenvolver as ações de sua competência e as resultantes dos processos de municipalização, o Município poderá contribuir, observado o artigo 62, da Lei Complementar n° 101/2000, para efetivação das ações propostas pelo Conselho de Segurança Municipal - COMSU, instituído pela Lei Municipal n° 8.867, de 2015.



Art. 16. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12 e 16 da Lei Federal nº 4.320 de 1964, para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, observados os critérios e requisitos estabelecidos no decreto 17.340/2018 e suas modificações.

Art. 17. A transferência de recursos à entidade privada, a título de contribuição corrente, ocorrerá se for autorizada em lei específica ou destinada a entidade sem fins lucrativos escolhida para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual 2022/2025, observada a legislação em vigor.

Art. 18. Somente serão incluídas, na lei orçamentária anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto de lei do orçamento à Câmara Municipal.

Art. 19. Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II - somente serão incluídos na lei orçamentária os investimentos para os quais estejam previstas no Plano Plurianual 2022/2025, ações que assegurem sua manutenção;

III - os investimentos deverão apresentar
viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 20. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025 que tenham sido objeto de projetos de lei.

Art. 21. A estimativa de receita de operações de crédito para o exercício de 2023 terá como limite máximo, o valor encontrado a partir das orientações e metodologia de cálculo estabelecidos na Resolução 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória n° 2.185-35/2001.



Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 23. O valor da reserva de contingência poderá
ser de, no máximo, 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida estimada
para 2023.

Art. 24. Não será admitido aumento do valor global do projeto de lei orçamentária e dos projetos que tratam de créditos adicionais, em observância ao inciso XII, do art. 113, combinado com o §2°, do art. 142, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 25. A destinação de recursos do Município, a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, observará o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 26. No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9° e no inciso II, §1°, do art. 31, da Lei Complementar n° 101/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na lei orçamentária anual, e incidirá sobre "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras".

Parágrafo único. O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/1988, fica abrangido pela limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 27. Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101/2000, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 28. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá, ainda, manter superavitária a receita corrente frente à despesa corrente, com a finalidade de comportar a programação de investimentos.



Art. 29. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão atualizados independentemente de nova publicação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas estimativas para pessoal e encargos sociais, terão como limites, observados os arts. 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000, e o art. 12 desta lei, a despesa da folha de pagamento de junho de 2022, projetada para 2023, considerando os acréscimos legais, inclusive alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de vagas.

Art. 31. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos se, cumulativamente:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - observados os limites estabelecidos nos Arts. 19 e 20, da Lei Complementar 101, de 2000;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. Na estimativa das receitas constantes do projeto de lei orçamentária, serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, taxa de Coleta de Resíduos Sólidos e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e contribuir para a elevação da capacidade de investimento do Município.

Art. 33. Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão apresentar demonstrativo dos benefícios de natureza econômica e/ou social.



Parágrafo único. A redução de encargos tributários só entrará em vigor quando satisfeitas as condições contidas no Art. 14, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 34. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.
- \$1°. A comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária se dará com a emissão prévia e juntada ao processo administrativo de Nota de Reserva Orçamentária no Sistema de Contabilidade no valor total que comporte a realização da despesa até final do exercício corrente à qual ela se iniciar.
- **\$2°.** Os responsáveis pelo procedimento licitatório e pela realização da despesa somente poderão dar prosseguimento à licitação e à efetiva realização da despesa após o cumprimento do disposto no \$1° do artigo 34 desta lei.
- §3°. Fica dispensada da comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, prevista no artigo 32 desta lei, quando se tratar de abertura de licitação por Ata de Registro de Preços.
- Art. 35. Caso o projeto de lei orçamentária de 2023 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.
- §1°. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
- \$2°. Eventuais saldos negativos, apurados em conseqüência de emendas apresentadas ao projeto de lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, através da abertura de créditos adicionais.



\$3°. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - IPAMV;

III - serviço da dívida;

 IV - pagamento de compromissos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública;

V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências voluntárias da União e do Estado;

VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2023 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2023;

VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 36. O Poder Executivo disponibilizará no site www.vitoria.es.gov.br, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por modalidade de aplicação, conforme a unidade orçamentária e classificação funcional programática.

Art. 37. Em atendimento aos arts. 8° e 9°, da Lei Orgânica do Município de Vitória, o orçamento anual deverá ser elaborado com a participação da sociedade civil.

Art. 38. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2022 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2023 conforme o disposto no §2°, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 39. Cabe à Secretaria de Fazenda a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração do Orçamento Municipal.

Parágrafo Único. A Secretaria de Fazenda determinará

sobre:



I - calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;

II - elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, autarquias, fundos e empresas;

III - instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos.

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá, por meio de decreto, a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos artigos 8° e 13, da Lei Complementar n° 101/2000, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 41. Entende-se, para efeito do §3°, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8.666, de 1993.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, 09 de agosto de 2022

Prefeito Municipal

Ref.Proc.4745846/2022 jfmm





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTĀRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023

ARF (LRF, art 4", § 3")			RS 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCO	s	PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Frustração da arrecadação de transferências oriundas do ICMS, em razão da incerteza quanto ao índice (IPM) definitivo do município de Vitória		Limitação de empenho até o montante total da frustração verificada	12.880.938	
TOTAL	12,880,938	TOTAL.	12.880,938	





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÀRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4", 6 1") R\$ 1.00 2023 Value Val % RCL Valu Valor % RCL Valor Valo SERCE ESPECIFICAÇÃO (a) x 100 (b) x 100 x 100 Receita Total 2.665.353.93 2.567.778.3: 2.543.711.2 117,40 2.724.864.21 109,38 2,652,232.87 2,403,794,72 109,945 Revestas Primirios (T) 2 329 660 17 2 244 373 9 102.615 2.414.123.75 2 253 629 29 95.60 2414 123 7 2 187 989 6 100.025 2.567.778.35 2.490.152.83 DespesaTotal 2.665.353.93 117.40 2.724.864 2.543.711.26 2.403.794.72 Despesas Primárias (II) Resultado Primário (III) = (I - II) 2.584.778.64 113,859 2.639.418.35 2.463.945.98 106,07 2.558.429.3 2.318.777.929 106,055 -11,24% -7,50% 24,50% -225.294.60 -136.363.67 679.734.44 -10,47° -6,99° 22,82° -5,985 -2,145 -255.118.47 -245,778.87 -210.316.6 -144.305.62 -130.788.32 -170.306.96 556.139.55 -164.072.21 535.779.95 -127.298.02 634.544.70 -51.694.0 734.657.7 665.841.40 30,455 Dioda Consolidada Liquida 497.658.83 407.588.91 380.491.9 385.217.2 349.133.45

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO ANEXO DE METAS FISCAIS

A metodologia adotada é aquela estabelecida pela Lei Complementar 101/2000 - LRF e pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para a definição das metas fiscais para o exercício a que se refere a LDO e aos dois subsequentes.

Conceitos de receitas primárias, despesas primárias e resultado primário:

Receitas Primárias: São as receitas que o governo obtenha e não amplie sua dívida ou não diminua seus ativos. São receitas não financeiras, a exemplo de impostos, taxas, contribuições etc.

Receitas não Primárias: são receitas que o governo obtém através do endividamento público ou da diminuição do Ativo. São aquelas decorrentes de aplicações financeiras, de operações de crédito, alienação de ativos de investimentos ou de amortização de empréstimos. Destaca-se que a Portaria 91/2020 do Ministério da Economia passou a considerar a alienação de bens móveis e imóveis como receita primária.

Despesas Primárias: São os gastos ligados diretamente à oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas as despesas financeiras. Tratam-se das despesas com pessoal, custeio, investimento ou inversões financeiras, ou seja, que não estão relacionadas ao serviço da dívida.

Despesas Não Primárias (financeiras): são despesas decorrentes de operações financeiras. São aquelas destinadas à concessão de crédito e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.



Resultado Primário: O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas primárias, conforme definidas anteriormente. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um superávit primário; caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Destaca-se que um fator relevante na composição do resultado primário planejado é a previsão de despesas a serem realizados com recursos oriundos de operações de crédito. A previsão de execução de tais despesas leva em conta os contratos de financiamento em andamento, bem como seus cronogramas, o que influenciou os resultados esperados para os respectivos exercícios.

Por fim, destaca-se que os recursos advindos de aplicações financeiras, apesar de não serem resultantes de aumento do endividamento do município, nem da redução de ativo, rege a legislação que devem ser subtraídos para efeitos de apuração da receita primária. E assim procedeu-se. O que merece atenção é o fato de que, apesar de ser plenamente possível o pagamento de quaisquer despesas com recursos provenientes de rendimentos (respeitados os respectivos vínculos), essas receitas são deduzidas na apuração do resultado primário planejado.

Memória de Cálculo

RECEITAS		2023	2024	2025
	RECEITA TRIBUTÁRIA	877.071.744	906.505.711	934.174.098
	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	109.620.241	114.999.841	115.950.241
RECEITAS CORRENTES	RECEITA PATRIMONIAL	110.730.986	113.641.964	114.036.525
RECEIVED CONNERTES	RECEITA DE SERVIÇOS	1.951.916	2.028.199	2.096.055
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.206.475.108	1.249.427.219	1.284.363.579
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.441.165	60.574.133	62.350.651
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	224.791.323	196.921.546	57.654.417
	ALIENAÇÃO DE BENS	936.456	966.423	995.416
RECEITAS DE CAPITAL	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	171.456	176.942	182.251
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.254.390	1.278.531	1.301.886
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.500	5.800	5.900
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	REC. CORRENTES INTRAORÇAM.	73.903.650	78.337.900	79.121.850
TOTAL:1		2.665.353.935	2.724.864.210	2.652.232.873
Apuração da Receita Primária	DEDUÇÕES			
	Receitas de Aplicações Financeiras	110.730.986	113.641.964	114.036.525
	Operações de Crédito	224.791.323	196.921.546	57.654.417
	Amortização de Empréstimos	171.456	176.942	182.251
	Allen. Ativ. Financeiros			
	TOTAL: II	335.693.765	310.740.452	171.873.193
	RECEITA PRIMÁRIA: III (I-II)	2.329.660.170	2.414.123.757	2.480.359.680



DESPESAS

		2023	2024	2025
	PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS	1.354.697.877	1.426.754.999	1.478.711.270
DESPESAS CORRENTES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.919.475	24.711.039	21.424.932
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	696.675.561	719.965.798	741.640.027
	INVESTIMENTOS	438.964.857	393.671.300	237.009.672
DESPESAS DE CAPITAL	INVERSÕESFINANCEIRAS	-		
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	54.655.817	60.734.812	72.378.562
RESERVA DO RPPS	RESERVA RPPS	47.211.400	50.079.900	50.582.350
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA	12.880.938	13.293.128	13.691.922
OMV	CMV	34.348.010	35.653.234	36.794.138
TOTAL: IV		2.665.353.935	2.724.864.210	2.652.232.873
Apuração da Despesa Primária	DEDUÇÕES			
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.919.475	24.711.039	21.424.932
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	54.655.817	60.734.812	72.378.562
	TOTAL: V	80.575.292	85.445.850	93.803.494
	DESPESA PRIMÁRIA: VI (IV-V)	2.584.778.643	2.639.418.359	2.558.429.379
RESULTADO PRIMÁRIO: VII (III-VI)		-255.118.474	-225.294.602	-78.069.699

Para o Resultado Nominal, em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, adotou-se a metodologia acima da linha, representada pelo Resultado Primário, acrescido dos juros ativos, menos os juros passivos.

ACOMPANHAMENTO MACROECONÔMICO E FISCAL

A elaboração do presente PLDO se dá em um cenário ainda de incertezas quanto aos efeitos da pandemia da COVID-19 na atividade econômica e, consequentemente, na arrecadação do município.

As estimativas de crescimento do PIB e da inflação normalmente balizam as projeções de receita, avaliandose item a item a real influência desses indicadores. O último Boletim Focus do Banco Central do Brasil, datado de 25 de março, estima um avanço do PIB brasileiro para 2023 na ordem de 1,30%. Quanto à expectativa de inflação, o boletim estima que se alcance 3,80, já com três revisões consecutivas em sentido de ampliação do indicador.

Assim, as premissas utilizadas foram:

 a. Verificação dos indicadores macroeconômicos, a exemplo das metas de inflação e expectativa de evolução do PIB, observando os informativos quanto aos impactos negativos da pandemia da covid-19.



b.

Expectativas macroeconômicas

INDICADORES	2023 (%)	2024 (%)	2025 (%)
INFLAÇÃO*	3,80%	3,20%	3,00%
PIB	1,30%	2,00%	2,00%

FONTE: Relatório Boletim Focus - BACEN (março/2022)

- Monitoramento do comportamento da economia local, estadual e nacional, bem como verificação da realização da arrecadação de recursos próprios, além das transferências financeiras previstas nas constituições estadual e federal;
- d. Acompanhamento da execução, metas e planejamento da política monetária, fiscal e tributária do Governo Federal, na forma de informes e relatórios do Comitê de Política Monetária, Banco Central do Brasil.

Por fim, a posição adotada em relação à projeção do ICMS levou em consideração o comportamento do Índice de Participação Municipal (IPM), cuja estimativa para o exercício de 2023 é de 14,800%, com expectativa de estabilidade próximo a esse patamar para os exercícios seguintes, conforme tabela a seguir:

Evolução do IPMV de Vitória

ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*	2025*
IPM**	12,677	13,375	15,311	15,843	14,535	14,800	15,000	15,000

FONTE: SEFAZ/GEARC/SUAEF/SIPM

As projeções dos indicadores econômicos acima consideram a permanência do cenário econômico atual. Modificações das condições macroeconômicas nacionais ou na estabilidade econômica internacional poderão alterar o panorama projetado, que poderá ser atualizado quando do envio da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023.



^{*} Inflação do IPCA acumulada em 12 meses.

^{*} ESTIMADO PARA O REFERIDO EXERCÍCIO

^{**} CADA PONTO PERCENTUAL EQUIVALE A APROXIMADAMENTE RS 42,9 MILHÕES



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021	%	Metas Realizadas em 2021	%	Variação		
	(a)	RCL	(b)	RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	1.953.167.835	0,915	2.280.520.066	1,068	327.352.231	16,8%	
Receitas Primárias (I)	1.719.932.481	0,805	2.151.949.953	1,008	432.017.472	25,1%	
Despesa Total	1.953.167.835	0,915	1.812.112.730	0,849	-141.055.105	-7,2%	
Despesas Primárias (II)	1.900.939.924	0,890	1.570.743.325	0,736	-330.196.599	-17,4%	
Resultado Primário (III) = (I-II)	-181.007.443	-0,085	581.206.628	0,272	762.214.071	421,1%	
Resultado Nominal	-128.052.852	-0,060	596.516.903	0,279	724.569.755	565,8%	
Dívida Pública Consolidada	396.404.281	0,186	384.843.450	0,180	-11.560.831	-2,9%	
Dívida Consolidada Líquida	29.137.721	0,014	-644.978.471	-0,302	-674.116.192	2313,6%	

No exercício de 2021, mesmo diante da persistente recessão econômica, agravada pela crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, o município cumpriu as metas fixadas para os Resultados Nominal e Primário.

O desempenho do PIB nacional em 2021 demonstrou uma recuperação na ordem de 4,6%, frente a uma retração de 4,1% no ano anterior, segundo dados do IBGE, superando as expectativas registradas no início do exercício. Em janeiro de 2021 o mercado estimava um avanço na ordem de 3,45%, conforme Boletim Focus do Banco Central datado de 15/01/2021.

Outro indicador que merece destaque é a inflação acumulada no exercício, atingindo o patamar de 10,06% em 12 meses, distante da expectativa inicial de 3,43%.



Mediana - Agregado	2021					
Mediana - Agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	omp.	at *	Resp. **
IPCA (%)	3,37	3,34	3,43	A	(2)	120
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,35	3,35	3,47	A	(2)	99
PIB (% de crescimento)	3,46	3,41	3,45	A	(2)	72
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	=	(4)	102
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	3,00	3,25	3,25	=	(1)	105
IGP-M (%)	4,70	4,60	4,94	A	(2)	73
Preços Administrados (%)	4,36	4,02	4,20	A	(1)	25
Produção Industrial (% de crescimento)	5,00	4,78	5,00	A	(1)	13
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-17,40	-16,00	-19,41	٧	(1)	19
Balança Comercial (US\$ bilhões)	55,10	55,00	55,00	=	(1)	20
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	60,00	60,00	60,00	==	(9)	18
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	67,00	64,95	64,95	- Marie - Mari	(1)	18
Resultado Primário (% do PIB)	-3,00	-3,00	-2,80	A	(1)	20
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,00	-7,00	-6,92	A	(1)	18

Boletim Focus de 15/01/2021

Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210115.pdf

Esse cenário de volatilidade demonstra alto grau de incertezas, exigindo o posicionamento de austeridade na condução das finanças do município. Destaca-se que a recuperação ocorreu após forte retração em função da pandemia de COVID-19 no exercício anterior que, por sua vez, sucedeu uma série de exercícios com fraco desempenho do PIB.





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COMAS FIXADAS NOS TRÉS EXPRCÍCIOS ANTERIORES 2023

		VALORES APREÇOS CORRENTES										
ESPECIFICAÇÃO 26	2020	2021	%	2022	*	2023	%	2924	%	2625	*	
Receita Total	1.924.472.975	1.953.167.835	1,49%	2.355.280.876	20,59%	2.665.353.935	13,17%	2.724.864.210	2,23%	2 652 232 873	-2.679	
Receitas Primirius (1)	1.673.349.195	1.719.932.481	2,78%	2.024.976.804	17,74%	2.329.660.170	15,05%	2.414.123.757	3,63%	2.414.123.757	0.005	
Despesa Total	1.924.472.975	1.953.167.835	1,49%	2.355.280.876	20,59%	2.665.353.935	13,17%	2.724.864.210	2,23%	2.652.232.873	-2.679	
Despesas Primárias (II)	1.861.772.439	1.900.939.924	2,10%	2.267.641.528	19,29%	2.584.778.643	13.99%	2.639.418.359	2,11%	2.558.429.379	-3.075	
Resultado Primario (III) = (I - II)	-188.423.244	-181.007.443	-3,94%	-242.664.724	34,06%	-255.118.474	-5.13%	-225.294.602	-11,69%	-144 305.622	-15.95	
Resultado Nominul	-142.659.494	-128.052.852	-10.74%	-214.582.762	67.57%	-170 306 962	20.63%	-136 363 677	19,93%	-51.694.029	62,09	
Divida Pública Consolidada	497.876.575	396.404.281	-20,38%	606.715.705	53,05%	556.139.592	8.34%	679.734.442	22.22%	734,637,766	8.085	
Divida Consolidada Liquida	130.072.143	29.137.721	-77.60%	86,931,222	198,35%	-497.658.826	-672,47%	-407,588,913	-18,10%	-385.217.263	-5,499	

	VALORESAPRECOSCONSTANTES										
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	4	2022	%	2623	*	2024	*	2625	%
Recepta Total	2.213.811.944	2.149.656.519	-2,90%	2.355.280.876	9.57%	2.567.728.357	9.02%	2.543.711.268	-0.94%	2.403.794.727	-5.50%
Receitus Primárias (1)	1.924.932.427	1.892.957.689	-1.66%	2.024 976 804	6,97%	2 244 373 959	10,83%	2 253 629 293	0.41%	2.187.989.605	-2.91%
Despesa Total	2.213.811.944	2.149.656.519	-2,90%	2 355 280 876	9.57%	2.567,778,357	9,02%	2.543,711,268	-0.94%	2.403.794.727	-3.50%
Despesas Primárias (II)	2 141 684 563	2.092.174.480	-2,31%	2.267.641.528	8.39%	2.490.152.835	9.81%	2.463.945.982	-1.05%	2.318.777.929	-5.89%
Resultado Primário (III) = (1 - II)	-216.752.136	-199.216.792	-8,09%	-242,664,724	21,81%	-245,778,876	-201.28%	-210.316.689	-14.43%	-130.788.324	-37,81%
Resultado Normal	-164 107.938	-140,934,969	-14,12%	-214 582 762	52,26%	-164.972.218	-23,54%	-127.298.021	22,41%	-46.851.781	63,20%
Divida Pública Consolidada	572 730 884	436.282.532	-23.82%	606.715.705	39,06%	535,779,954	-11.69%	634,544,706	18,43%	665.841.405	4,93%
Divida Consolidada Liquida	149.628.115	32.068.976	-78,57%	86.931.222	171,08%	479,440,102	-651,52%	-380,491,809	-20.64%	-349.133.454	8.24%



Prefeitura Municipal de Vitória Estado do Espírito Santo Secretaria de Fazenda

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	9.508.890	0,22%	6.811.452	0,12%	3.740.825	0,15%
Reservas						
Resultado Acumulado	3.506.030.201	99,78%	3.035.971.669	99,88%	3.064.018.881	99,85%
TOTAL	3.515.539.091	100,00%	3.042.783.121	100,00%	3.067.759.706	100,00%

Nota: O quadro demonstra o Patrimônio Líquido Consolidado do Município líquido de transações intragovernamentais, sendo o Regime Previdenciário destacado abaixo.

REGIME PREVIDENCIÁRIO									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%			
Patrimônio	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
Reservas									
Lucros ou Prejuízos Acumulados	3.343.991	100,00%	(2.209.844)	100,00%	(408.015)	100,00%			
TOTAL	3.343.991	100,00%	(2.209.844)	100,00%	(408.015)	100,00%			





LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.291.716,11	2.787.784,08	874.199,16
Alienação de Bens Móveis	795.663,10	1.029.126,34	651.836,11
Alienação de Bens Imóveis	406.391,47	1.751.965,56	207.021,03
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	00,0	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	89.661,54	6.692,18	15.342,02

DESPESASEXECUTADAS	2021 (d)	2020 (c)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	00,00	0,00
Investimentos	0,00	0.00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	00,00	0,00
Amortização da Divida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	00,0	0,00	0,00

The state of the s	2021	2020	2019
SALDOFINANCEIRO	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	(b) = ((lb – lfe) + llli)	(i) = (Ic - IIf)
VALOR(III)	4.953.699,35	3.661.983,24	874.199,16





LEIDEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4", §2", inciso IV, alinea "a")			RS 1,00		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	2021	2020	2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	28,779,772,53	41.371.324,02	51.118.230,81		
Receita de Contribuições dos Segurados	10.961.963,51	7.444.014,97	7.355.325,09		
Ativo	10.938.104,99	7.444.014,97	7.355.325,09		
Inativo	14.227,19	0,00	00,0		
Pensionista	9.631,33	00,0	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	16.682.511,47	14.888.029,95	14.710.650,16		
Ativo	16.682.511,47	14.888.029,95	14.710.650,16		
Inativo	0,00	00,0	0,00		
Pensionista	00,0	00,00	0,00		
ReceitaPatrimonial	1.064.515,13	19.039.279,10	29.052.120,56		
ReceitasImobiliárias	0,00	00,0	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	1.064.515,13	19.039.086,21	29.052.120.56		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	192,89	0.00		
Receita de Serviços	0,00	00,0	89,13		
Outras Receitas Correntes	70.782,42	0,00	45,87		
Compensação Financeira Entre os Regimes	0,00	0,00	0,00		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0.00	0,00		
Demais Receitas Correntes	70.782,42	0,00	45.87		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0.00	0.00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0.00		
Amortização de Empréstimos	00,00	0,00	0.00		
Outras Receitas de Capital		0.00	0,00		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - (III) = (I+II)	28,779,772,53	41.371.324.02	51.118.230.81		
DESPESAS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	2021	2020	2019		
Beneficios	788.284,14	633.176,09	490.028,4		
Aposentadorias	497.084.33	453.221,99	340.741.83		
Pensões	291.199,81	179.954,10	149.286.5		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0.00	438.342.9		
Compensação Financeira Entre os Regimes	0,00	0.00	0.0		
Demais Despesas Previdenciárias	0.00	0.00	438.342.9		
TOTAL DE DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV)	788.284.14	633.176,09	928,371,3		
			7202712		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) = (III - IV)	27,991,488,39	40.738.147,93	50.189,859,50		
		PREVISÃO ORCAMENTÁRIA			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVIS	ÃO ORÇAMENTÁR	EIA		
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR	PREVIS 0,00	ÃO ORÇAMENTÁR 0,00			
VALOR	0,00	0,00	0,00		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	2020	2019		
VALOR	0,00	0,00	0,00		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR	0,00 2021 33.538.567,00	0,00 2020 31.089.000,00	2019 27.636.000,00		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00 2021 33.538.567.00 2021	0,00 2020 31.089.000,00 2020	2019 27.636.000,00 2019		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	2021 33.538.567.00 2021 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00	2019 27.636.000,0 2019		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	2021 33.538.567.00 2021 0,00 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0.00 0.00	0,00 2019 27.636.000,00 2019 0,00 0,00		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	2021 33.538.567.00 2021 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00	0,0 2019 27.636.000,0 2019 0,0 0,0		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00 2021 33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00 0,00	0,0 2019 27.636.000,0 2019 0,0 0,0 0,0 0,0		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS	2021 33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00 0,00 2020	0,00 2019 27.636.000,00 2019 0,00 0,00 0,00 2019		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00 2021 33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2021 2021	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00 2020 2020	0,00 2019 27.636.000,00 2019 0,00 0,00 0,00 0,00		
VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS	2021 33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 2020 31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00 0,00 2020	0,00 2019 27.636.000,00 2019 0,00 0,00 0,00 2019		



-3.619.824,41 -3.548.995,18 -3.832.728,96



LEIDEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANOFINANCEIRO

2023

FUNDO EMREPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	2021	2020	2019
RECEITASCORRENTES(I)	141,380,417,22	131.524.988,36	173.371.247.91
Receita de Contribuições dos Segurados	59.625.787,00	36.742.750,66	38.362.966,22
Ativo	37.997.618,18	32.597.989,28	33.569.329,37
Inativo	18.993.095.19	3.602.843.30	3.918.537.53
Pensionista	2.635.073,63	541.918,08	875.099,32
Receita de Contribuições Patronais	47.875.075.05	65.195.306.17	67.123.715,64
Ativo	47.875.075,05	65.195.306,17	67.123.715,64
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0.00
Receita Patrimonial	20.263.185,69	25.487.684,37	63.348.870,91
Receitas Imobiliárias	83.100,16	67.037,20	159.003,35
Receitas de Valores Mobiliários	20.180.085,53	25.420.647,17	63.189.867.56
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00
Receita de Servicos	0,00	44.586.85	79.410.81
Outras Receitas Correntes	13.616.369,48	4.054.660,31	4.456.284,33
Compensação Previdenciária entre os regimes	2.216.098,49	3.941.180,53	4.234.949,79
Demais Receitas Correntes	11.400.270,99	113.479,78	221.334,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	825,499,17	20,000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0.00	0.00
Amortização de Empréstimos	0,00	702.209,25	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	123.289,92	20.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - (III) = (I+II)	141,380,417,22	132,350,487,53	173.391.247,91
DESPESAS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	2021	2020	2019
Beneficios	287.961.628,89	277.955.434,41	261.893.191,25
Aposentadorias	248.707.155,36	242.228.557,94	227.939.865,34
Pensões	39.254.473,53	35.726.876,47	33.868.119.94
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	85,205,97
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	570.204.28	326.364,93
	0.000000		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0.00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias	00,0 00,0	0,00 570.204,28	0.00 326.364,9
	(977)		
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV)	0.00 287.961.628,89	570.204,28 278.525,638,69	326.364,93 262,219.556,11
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV)	00,0	570.204,28	326.364,93
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV)	0.00 287.961.628,89 -146.581.211,67	570.204,28 278.525,638,69 -146,175,151,16	326.364.9 262.219.556,11 -88.828.308,2
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV)	0.00 287.961.628,89	570.204,28 278.525,638,69	326.364,93 262,219.556,11
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00 287.961.628,89 -146.581.211,67	570.204.28 278.525,638,69 -146.175,151,16 2020	326.364,9 262,219.556,11 -88.828.308,2 2019 152.030.000,00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva	0.00 287.961.628,89 -146.581.211.67 2021 178.193.995,89 0.00	570.204,28 278.525.638,69 -146.175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00	326.364.9; 262.219.556,11 -88.828.308.2* 2019 152.030.000.00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V)=(III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-RPPS	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00	570.204,28 278.525,638,69 -146,175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00	326.364.9; 262.219.556,11 -88.828.308.2* 2019 152.030.000.00 0.00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES	0,00 287.961.628,89 -146.581.211.67 2021 178.193.995,89 0,00 2021 0,00	570.204,28 278.525,638,69 -146.175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00	326.364.9. 262.219.556,11 -88.828.308.2 2019 152.030.000.00 0.00 2019 0.00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V)=(III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-RPPS	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00	570.204,28 278.525,638,69 -146,175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00	326.364.9. 262.219.556,11 -88.828.308.2 2019 152.030.000.00 0.00 2019 0.00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (VI)	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00 2021 0,00 0,00	570.204,28 278.525.638,69 -146,175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 0.00	326.364.9, 262.219.556,11 -88.828.368,2* 2019 152.030.000,0 0.00 2019 0,0
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS- Administração	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00 2021 0,00 0,00	570.204,28 278.525,638,69 -146.175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 2020	326.364.9 262.219.586.11 -88.828.308.2 2019 152.030.000,0 0,0 2019 0,0 2019
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V)=(III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS-Administração DESPESAS CORRENTES (VII)	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00 2021 0,00 0,00 2021 3,617,284,61	570.204,28 278.525,638,69 -146.175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 2020 2020 3.529.093,08	326.364.9; 262.219.586,11 -88.828.308,2* 2019 152.030.000,0 0.00 2019 0.00 2019 3.708.474.7*
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS- Administração	0,00 287,961,628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00 2021 0,00 0,00	570.204,28 278.525,638,69 -146.175,151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 2020	326.364.5 262.219.556,1 -88.828.308,2 2019 152.030.000,0 0,0 2019 0,0 2019



RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (X) = (VI-IX)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANOFINANCEIRO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1", inciso II)

em Reais (RS)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2022	95.019.311,54	334.493.976,45	-239.474.664,90	272.215.928,81	538.810.385,0
2023	83.830.357,19	339.191.545,25	-255.361.188,06	16.854.740,75	564.517.878,3
2024	84.071.921,93	347.485.601,28	-263.413.679,36	-246.558.938,61	591.451.930,9
2025	83.501.165,82	355.777.711,34	-272.276.545,52	-518.835.484,13	619.671.065,
2026	82.390.508,41	362.634.157,12	-280.243.648,70	-799.079.132,83	649.236.596,
2027	81.320.989,00	368.520.638,37	-287.199.649,37	-1.086.278.782,20	680.212.764,
2028	80.139.451,97	372.787.120,30	-292.647.668,32	-1.378.926.450,52	712.666.874,5
2029	79.117.744,18	379.706.679,69	-300.588.935,51	-1.679.515.386,03	746.669.443,9
2030	76.779.699,74	383.181.024,60	-306.401.324,87	-1.985.916.710,90	782.294.353,
2031		387,389,084,55	-312.195.543,60	-2.298.112.254,50	819.619.010,
2032	73.080.780,81	392.227.823,10	-319.147.042,29	-2.617.259.296,79	858.724.514,
2033		400,268,788,65	-329,799,471,63	-2.947.058.768.42	899.695.835.0
2034		403.544.896,55	-337.494.363,74	-3.284.553.132,16	
2035		407.512.413,80	-345.582.869,03	-3.630.136.001,19	
2036		407.857.517.56		-3.981.530.159,68	# No. 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
2037		404.225.217.91	-353.198.557,05	-4.334.728.716.72	
2038	1,000,100,000,000,000	402.252.560.94		-4.690.906.866,01	1.135.808.501,
2039		393.369.800,84	-352.820.088,84	-5.043.726.954,85	
2040		387.466.409.47		-5.394.728.824,77	
2041	1	380.465.754.72		-5.742.475.368,94	[H. 1987] [H. 19
2042		372.649.360.97		-6.086.088.552.93	
2043		363.814.590,01	-338.491.724,62	-6.424.580.277,55	
2044				-6.755.777.947,33	
2045		342.506.062,16		-7.079.858.317.05	
2046		330.912.519,65		-7,395,998,609,07	
2040					
		314.796.403,71		-7.699.560.508,43	
2048		297.752.659,59		-7.988.265.357,61	
	2018/25/2019/20	279.264.278,56		-8.260.388.095,82	
2050				-8.514.604.328,55	
2051		[1] [1] [1] [1] [1] [1] [1] [1] [1] [1]		-8.750.575.748,64	
2052		221.484.704,17		-8.968.232.591,55	
2053		202.087.518,53		-9.167.222.963,45	
2054		183.794.896,25		-9.348.369.459,89	
2055				-9.512.722.595,39	
2056			[본 12] ([전경기 : [전경기 : [전기 : [전] : [전기 : [전] : [D] : [D	-9.659.733.336,43	
2057				-9.790.936.907,51	
2058				-9.907.765.726,20	
2059		105.237.726,46	-103.785.566,58	-10.011.551.292,77	708.282.175.
2060				-10.103.521.353,15	
2061	1.123.638,58	82,409,539,04	-81.285.900,46	-10.184.807.253,61	595.575.243





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANOFINANCEIRO

2023

RREO - ANEXO 10/LRE art 53 & 1º inciso ID

em Reais (RS)

exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2062	985.154,78	72.653.968,64	-71.668.813,86	-10.256.476.067.47	550.602.484.5
2063	861.649,49	63.883.845.53	-63.022.196.04	-10.319.498.263,51	512.337.796.5
2064		56.043.982,70	-55.291.919,75	-10.374.790.183.26	
2065	654.845.32	49.040.775,94	-48.385.930.62	-10.423.176.113.88	453.524.329.3
2066		42.823.564.91	-42.254.548,20	-10.465.430.662.08	431.893.007.9
2067	493.488,98	37.325.937.05	-36.832.448.08	-10.502.263.110.15	
2068		32.461.297.44	-32.034.299.74	-10.534.297.409.89	401.766.721.8
2069		28.201.031.06		-10.562.129.530.89	
2070		24,457,746,55		-10.586.269.189.16	
2071				-10.607.188.782,50	
2072		18.361.709,23		-10.625.314.947,70	
2073		15.890.968,04	-15.688.760,12	-10.641.003.707.81	385.394.777,
2074		13.760.055,33		-10.654.590.256.25	
2075	148.718.55			-10,666,356,723,50	
2076	127.264.16	10.308.887.85	-10.181.623.69	-10.676.538.347.19	
2077	109.013,25			-10.685.370.341.91	415.170.518.
2078	93.251,62	7.749.671.96	-7.656.420,35	-10.693.026.762.26	427.134.743.
2079	79.762,70	6.723.241.31	-6.643.478,61	-10.699.670.240,86	
2080	68.272,08	5.840.681,64	V. STOROLOU	-10.705.442.650.42	
2081	58.599,42	5.092.212.22		-10.710.476.263,22	
2082	50,313,58	4.441.148,34	-4.390.834,76	-10.714.867.097.98	
2083	39.009,74	3.598.257.19		-10.718.426.345.43	510.194.697.
2084	34.376,87	3.202.053.61	-3.167.676,74	-10.721.594.022.18	
2085				-10.724.413.337.58	
2086				-10.726.922.720.73	
2087	23.533.13	2.257.162,80		-10.729.156.350.41	602.851.432.
2088	20.742,60			-10.731.144.626,21	629.571.650,
2089	18.283,96	1.788.245,08		-10.732.914.587,33	
2090	16.117,63	1.591.815,18	-1.575.697,55	-10.734.490.284,87	687.553.179.
2091		1.417.036,75	-1.402.827,98	-10.735.893.112,85	718.913.110.
2092		1.261.516,24	-1.248.989,54	-10.737.142.102,39	751.926.425
2093	11.044,40	1.123.125,36	-1.112.080,96	-10.738.254.183,35	786.654.655.
2094	9.738,07	999.971,63	-990.233,56	-10.739.244.416,91	823.164.182.
2095		890.372,19	-881.785,42	-10.740.126.202,33	861.526.254,
2096	6.482,72	686.649,14	-680.166,42	-10.740.806.368,74	901.924.634.

FONTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - IPAMV - Plano Financeiro



^{1.} Resultado Aritmético

^{2.} Resultado com a capitalização do saldo financeiro

^{3.} Não foram considerados os aportes para cobertura de déficit atuarial.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

em Reais (R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (PREVIDENCIÁRIA b)		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	CAPITALIZADO	
2022	31.861.311,23	3.673.338,60	28.187.972.63	295.537.337.02	309.525.071,55	
2023	32.179.924,34	4.111.684,45	28.068.239,90	323.605.576,91	353.674.203.26	
2024	32.501.723.59	4.548.437,53	27.953.286.05	351.558.862,97	399.899.736.38	
2025	32.826.740,82	5.017.193,90	27.809.546.92	379.368.409.89	448.275.367,4	
2026	33.155.008,23	5.336.769,32	27.818.238,91	407.186.648,80	499.064.175,35	
2027	33.486.558,31	5.833.242,86	27.653.315,45	434.839.964,25	552.208.165,20	
2028	33.821.423.90	6.398.669,81	27,422,754,09	462.262.718.34	607.757.120,54	
2029	34.159.638,14	6.996.419,12	27.163.219,01	489.425.937.36		
2030	34.501.234.52	7.517.954.79	26.983.279,73	516.409.217,09	726.544.992,13	
2031	34.846.246,86	8.216.478.42	26.629,768,44	543.038.985.52	789,945,796,42	
2032	35.194.709,33	9.198.835,73	25.995.873,60	569.034.859.13	855.847.973,5	
2033	35.546.656,42	10.463.856.34	25.082.800,09	594.117.659.21	924.089.725,53	
2034	35.902.122,99	11.428.492.10	24.473.630.89	618.591.290.10		
2035	36.261.144,22	12.852.825.82	23.408.318.40	641.999.608.50	1.068.545.210,2	
2036	36.623.755,66	15.274.996.33	21.348.759.33	663.348.367.82	1.143.531.183,19	
2037	36.989.993,22	22.078.065,35	14.911.927.87	678.260.295.69	1.215.647.172.2	
2038	37.359.893,15	27.381.962.55	9.977.930,60	688.238.226.29		
2039	37.733.492,08	35.885.973,82	1.847.518,26	690.085.744,55		
2040	38.110.827,00	41.107.233,41	-2.996.406.41	687.089.338,14		
2041	38.491.935,27	45.885.306,40	-7.393.371,13	679.695.967,01	1.479.052.063,4	
2042	38.876.854,62	48.781.340,33	-9.904.485.71	669.791.481,30	[[[]	
2042						
2043	39.265.623,17	52.586.949,51	-13.321.326,34	656.470.154,96		
2044	39.658.279,40 40.054.862,20		-16.085.284,21 -21.228.732,38	640.384.870,75 619.156.138,37		
			[]			
2046	40.455.410,82	71.129.856,94	-30.674.446,13	588.481.692,24		
2047	40.859.964,93	74.647.915,00	-33.787.950,07	554.693.742,17		
2048	41.268.564,58	77.984.893,43	-36.716.328,85	517.977.413,32		
2049	41.681.250,22	80.277.434,96	-38.596.184,74	479.381.228,58		
2050	42.098.062,72		-39.401.777,51	439.979.451,07		
2051	42.519.043,35	82.742.630,98	-40.223.587,63	399.755.863,44		
2052		83.717.234,06	-40.773.000,27	358.982.863,17		
2053	43.373.676,12		-41.160.424,37	317.822.438,80		
2054		85.266.627,91	-41.459.215,03	276.363.223,77		
2055		85.411.506,53	-41.166.019,52	235.197.204,25	2.321.221.170,1	
2056		85.622.623,69	-40.934.681,81	194.262.522,44		
2057	10.110	85.251.383,37	-40.116.562,07	154.145.960,37	2.472.533.802,5	
2058		86.974.301,84	-41.388.132,33	112.757.828,05	2.553.002.105,1	
2059		88.726.547,31	-42.684.516,10	70.073.311,94		
2060	46.502.451,52	90.508.710,52	-44.006.259,00	26.067.052,94	2.722.057.480,7	





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (2)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência) 2	
2061	46.967.476,04	92.321.394,00	-45.353.917.96	-19.286.865,02	2.810.862.774,68	
2062	47.437.150,80	94.165.212,33	-46.728.061,54	-66.014.926,56	2.902.673.400,71	
2063	47.911.522,30	96.040.792,39	-48.129.270,08	-114.144.196,64	2.997.610.986,29	
2064	48.390.637,53	97.948.773,55	-49.558.136,02	-163.702.332,66	3.095.802.596,60	
2065	48.874.543,90	99.889.807,99	-51.015.264,09	-214.717.596,75	3.197.380.992,25	
2066	49.363.289,34	101.864.560,92	-52.501.271,57	-267.218.868,33	3.302.484.899,39	
2067	49.856.922,24	103.873.710,81	-54.016.788,58	-321.235.656,90	3.411.259.293,12	
2068	50.355.491,46	105.917.949,72	-55.562.458,26	-376.798.115,17	3.523.855.694,64	
2069	50.859.046,37	107.997.983,51	-57.138.937,14	-433.937.052,31	3.640.432.482,93	
2070	51.367.636,84	110.114.532,16	-58.746.895,32	-492.683.947,63	3.761.155.221,66	
2071	51.881.313,20	112.268.330,01	-60.387.016,80	-553.070.964,44	3.886.197.002,0	
2072	52,400,126,34	114.460.126,07	-62.059.999,74	-615.130.964,17	4.015.738.802,2	
2073		116.690.684,33	-63.766.556,73	-678.897.520,91	4.149.969.865,0	
2074	53.453.368,88	118.960.784,01	-65.507.415,13	-744.404.936,04	4.289.088.092,9	
2075	53.987.902,56	121.271.219,90	-67.283.317,33	-811.688.253,37	4.433.300.463,43	
2076	54.527.781,59	123.622.802,66	-69.095.021,07	-880.783.274,44	4.582.823.464,13	
2077	55.073.059,41	126.016.359,15	-70.943.299,74	-951.726.574,18	4.737.883.549,5	
2078	55.623.790,00	128.452.732,71	-72.828.942,71	-1.024.555.516,89	4.898.717.620,0	
2079	56.180.027,90	130.932.783,55	-74.752.755,65	-1.099.308.272,54	5.065.573.524,1	
2080	56.741.828,18	133.457.389,03	-76.715.560,85	-1.176.023.833,39	5.238.710.585,7	
2081			-78.718.197,58	-1.254.742.030,97	5.418.400.157,0	
2082		138.643.861,33	-80.761.522,41	-1.335.503.553,37	5.604.926.198,6	
2083	58.461.162,31	141.267.883,30	-82.806.720,98	-1.418.310.274,36	5.798.626.562,6	
2084	59.045.773,94	143.980.804,78	-84.935.030,84	-1.503.245.305,20	5.999.772.636,4	
2085	59.636.231,68	146.742.913,97	-87.106.682,29	-1.590.351.987,49	6.208.690.053,1	
2086	60.232.593,99	149.555.199,29	-89.322.605,30	-1.679.674.592,78	6.425.719.676,7	
208	60.834.919.93	152.418.668,87	-91.583.748,94	-1.771.258.341,72	6.651.218.339,6	
2088	61.443.269,13	155.334.350,95	-93.891.081,81	-1.865.149.423,54	6.885.559.615,9	
2089	62.057.701,83	158.303.294,24	-96.245.592,41	-1.961.395.015,95	7.129.134.633,4	
2090	62.678.278,84	161.326.568,38	-98.648.289,54	-2.060.043.305,49	7.382.352.925,1	
209	63.305.061,63	164.405.264,35	-101.100.202,72	-2.161.143.508,20	7.645.643.322,8	
2092	63.938.112,2	167.540.494,85	-103.602.382,61	-2.264.745.890,8	7.919.454.894,1	
209		[] [] [] [[] [] [] [] [] [] [] [] [] []	-106.155.901,44	-2.370.901.792,25	8.204.257.926,7	
209-					8.500.544.960,2	
209					8.808.831.868,7	
209		하다 그 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은			9.129.658.997.6	

FONTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Plano Previdenciário



Resultado Aritmético

^{2.} Resultado com a capitalização do saldo financeiro



LIA DE DIFETRIZES ORÇAMENTARIAS ANESO DE METAS FISCAIS ISTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÉNCIA DE RECEITA

TRIBUTO CONTRIBUIÇÃO	MODALIDADS	SETORES PROGRAMAS BENEDICINED	RENUNCE	A DE RECEITA	PREVISTA	
TRIBE TO CONTRIBUTE (AC)	MICHAELERADE	SE TORES PERSONAS BESEER LOOP	3(2)	2624	2105	CONDENNACIO
Iss	КЕМІЗЬÃО (1)	AUTOMORNEPHITADORINADE SERVEJANO CAMBINATIVO DE RACIOTATOR ALIASTITI DEL ER 4800°F FART IPOA LEI W 83802011)	104 780,06	113 951,39	117 596,15	CONFORMS PREVIOUS ORE 14, INCHRES SALENCERRY INDIVIDUAL ROUSING, ORE RELATIVE PROVINCIAN SALENCE AND VALUE TO THE STORY AND A TOTAL ROUSE AND THE SALENCE AND
155	REDUÇÃO DE ALÂQUIVEA ⁴⁰	CENTRIBUDITEA PREST ADDRESS DE SERVICINCENS BETRAÇÃO DE ALÂGUITA SARTHOUS 21 A MIDA LES Nº 4-879 (2011, REGER, AMENTA ADA PPLOI DECERSO Nº 13.314 (2017)	5.163.527,97	5 297.462,63	5.666,960,82	COMPORATE PREVENTION O ART 14, INCREDE DALIFIC COMPLINATIVE INCOMP. (NECOTANTE) PREVENTAD DE REPORTA SA SER A CONCEDENCE ACO CAUSTINATIVA ADALLEDOR, AMENTARIA EM C. ADALESTE E RIVER ANCEREO.
iss	OUTROS BENEFICIOS ^{III}	CONTRIBEDITES OCCUCANTA EMISSÃO DE NOTAPISCAL DE PRESTAÇÃO DE SPRINÇOR E EL PRESTANDA PRESTA MERTADA PEL O DECRETO PRESTANDA EL	2.475.710,79	2.569.797,80	2.652.021,01	COMPOSINE PREVISIONO ART. IL DICISOL DALEI CUMPLIMINTAN INCURA DIANATANTE PREVISIONE RESIÓNICA RELECTIONERS ADOINGS UNIANTE ANAL SI CON AMERICA SIN CADAL SERCÉ EXPENANCERO.
288	ANISTIA (5)	CEPTABLENTESQUEEPETCALAAP AGAMENTURE DEBETON INNE REINE BEENVERA ALTH AC ONLORICAN TOWAS MEETAA E REINE PREVENTOR NAS LEPE 61900BE, MEETAN CER 2008 ELEI COMPLANDINA PRODUC	1.972.881,11	2.047.956,69	2.113.381,42	CONCRETE PREVIOUS ART IN INCIDENT THE FOUND FAMILY AND ALTON COMMISSION OF THE PREVIOUS OF THE PREVIOUS AND ALLOCATED THAT WE ARREST AND ALLOCATED AND ALLOC
ien)	REMERSÃO "	CONTRIBUTORIES QUE ESE TILAMPAGAMENTO A VINTAL NO VENUTARENTO COLLA CALLE DOS ART 14 DA LEI Nº 4 87697 E NILAS ALTIMAÇÃOS	5 423 916,89	5.639.025,72	5.810.186,75	CONCORME PREVIETONO ART. 14, INCIDIO ESALESCOMPLEMENTAR DE UNE DRECOTANTES. PREVINACION REMONACIA SER ACCONDINGUADACIANS TRACTIVADALISTORE AMENTARIALISTA CADALES RECUENTARIAS RECUEN
(PTC)	REMISSÃO (1)	CONTRIBUTE (CETTM ACIMADE SEASON ICCE APOSENTAGO POR INVALENZACE EFETUAGO PAGAMENTO DE TODO ESTREMENTO CONCACASTE DI DALES Nº A CANTE SILVA ATERAÇÃES)	396,313,16	401.034.59	413,867,69	CONCORNE PREVIETURO ART. IL INCHOLOGALISCERIM LIMENTAR IN DRI, OMENTANTES PREVIRÃO DE PROPOCIA USE Á CONDICTOR DICTARATIVA ATRA DALLES DC AMENTANTES CADALISES CADALISES DC TRANSCERG.
: PTU	BENÇÃO ^{IS}	CONTRIBUTION PRIFT AND DEPONDED OF ALL LAW OR BE AREAS DEPRETED ACAD ASSISTANCE ALL LAW OF BETWEEN ACAD ASSISTANCE ALL LAW OF BETWEEN ACAD ASSISTANCE ALL LAW OF BETWEEN ACAD ALL MANAGEMENT AND ACAD ACTION ASSISTANCE ASSISTANCE AND ACAD ACTION ASSISTANCE	6.816.453,72	6,691,418,97	6.905.544,37	CONVONDE PER VERTONO ART. 14 ENCINCE, DALEI COMPLEMENTAR, 16 SER, OAKPITANTE PERVERÄGER KENNOMER BERLEICHBERKHOOF HARRTMATIVADEL HICHE, AMEN LÄMMER CARAFEREN SER WINAMERED
PTU	nuncio	PRÉDIMICH PROPERDIAZIONE E A COMBAZENTE. BUTESBANTE BAPEBPECYISTO NO INCISO VI. ART #51A LEI 44947CEMERIAS ALTERAÇÕES.	1.497,#1	1,513,20	1.561,62	CURRENTE PER UNIONIO ART. LA DICTRICI, DAL DICTRICI AMENICA A. INC. 2008, ONE DEL ENTE PREVINANCIE REDICTRICA MERACCONSIDERACIO IN ARTIFICATIVA RICALIZIONE, AMENICARIA EM CADARAGIR X REPRANCISIO.
IPTU	втисло "	DAUTUR GESQUENGSE EMO TRUL OPATRIMÓNIO DA STERAL BRANK LIBON PREPARROMPE, DEPARTITURADO PATRIMÓNIO HISTÓRIO PARA EL PRON NACIONAL PRIANCPARE ERRAN NACIONAL PRIANCPARE ERRAN	2433,61	2.733,76	2 821,30	CENTRUME PREVIETONI ARE 14, INCHMIL DALEICEMPLEMENTAR 100-2016, OMENTANTES PREVIGÃO DE BENDAÇA AREACONSIDERADO NA ESTRANÇÃ A DALEICONÇA MONTÂRIA EM CADALEICON CAMONTÂRIA EM CADALEICON CAMONTÂRIA EM PROVINCIA POR CADALEICON CADALEICON DE SENTRA PORTUGA.
IPTU	ANISTIA (8	CYNTEIN INVENCEMENTURE AMPAGAMENTI GE DÉBETHA DISCREASE INCOVERS ATIVACONTRESCONTONAL MULTAN E ATROS PREVENTOL NA LERIE ATROSAS, MILEZIO DE LEAN E ATROS PREVENTOL NO DOS	2.956.356,37	3 (88 697,91	3.166.896,24	CONFORME PREVITONIO ART. IL INCINCI, DALEICUNDERMENTAR INCONC. DALOITANTE PROVINCIO BENCON DA MERACONORDE MONTANTE APACITONATE APACITORIS AND ACTION CARDATANIA PROCESSO. CADAZOROS E MENANCESSO.
LINE	REDUÇÃO DE ALÍQUOTA ^{IN}	CUNTRIES IN DISQUETRY PRANCES BEEN PLINICIDES BEING, ACTOR ALEGE ANTAINE DISCUSSION ON THE ABOUT INSTRUMENT COMPRESSION AND ALEGE ANTAINED SEDALES A STUMBLE	283.551,50	294,725,64	303.744,27	CCO-POSIME PREVISTONO JAZT 14, DICENSO, DALEI COMPENIENTAM INCURNO, OMENTANTEE PREVISÃO DE RESIDIA A SERÁ CONSERVACIO NA ESTINATIS ADALEI OFICAMIONTARIA EM CADALEIRO CAMONTARIA EM CADALEIRO CAMONTARIA EM CADALEIRO CA
ET100	ANESTIA III	CONTERCINCIPAGE VERFITA MEANFAGAMENTINOS DESFINOS DISCETINOS EM DEVEDA AZIVA CUM DESCENCIDADAS MOLENAS E ARROS PREVENTOS NAS ELEM STAVOROS, DE 13/2017. SONO 2004.	301 702,02	319 394,69	329.645,52	CONFORME PREVISIONS ART. IA INCIDE DALESCOMPLIMENTAR IN 2006 CANCENTANTE PREVIAGO DE RENEMETANDE A COMMUNICADA DALESCOMPLIA DE LES COMPLETANDA COMPANIA DALESCOMPLIA DE LA COMPLETA DEL COM





LITTO DERETRIZISOR; AMENTARIAS ANEXO DE MITAR FISCAIS STIMATO A E COMPENSA; ÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

TRIBL'TO CONTRIBLIÇÃO	MONUTONE	SETURES PROGRAMAS RENTERCISESO	RINUNCI	ADERECTITA	PREVISTA	CARINGGIO
	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR		2023	2024	2025	
TCRS	инмакао ^п	CONTRIBUTIVESQUEEZETHAMBACIAMBIOGRAVILLA NO VEM DESVETICES SONCAS POOLANTI LE DALESSE A PROTEMIARAL ERRAÇÕES	2.418.978.22	2,506,519,48	2.580.534,02	CLEGRAM PREVENTABLES 14, INCHNESSALSHAR EMENCAR IN DOM, INMERTANT BAPERVISA HER BENCH, LARRA RETNESSE ADDIN JASTINATIYA DALERUK, AMENTAM BENCADARLER KENYINAN ESRI
TURN	REMINSÃO **	CONTRIBUTING CONTRIBUTION AND MEASURE TO A POSITIVE OF THE OFFICE AND A TH	340.385,60	113.520,24	364.626,50	CTENVORME PER UNTO NOVAET. 14, INCINITI DA LES CAMBLAMENTARI DEL 2008, I PRINTI ANTI DA LES CAMBRANDA DE SANCIA DE S
108	BENÇÃO ⁻³	PARTITUR ÓRAGA PERMALAMOTITULO PATEIMÓMIO MATERIALIMEANIA ENOCUMPENDO PLONATITUTO DO PATEIMÓMIO RESONA CEAN EN ENCOLA PRINCIPA NACIONAL PRANCIPAREZURAS	5.136,13	5301,30	5,501,50	CLAPTERMETREVELTUMIART. 14, INCINCLIDA LEIA FREI FARREN ER HEIZUR, O MICHTANT BAPPENYS ÄDDERENG MICHTERE ÄGENBERRADIN AUF HAAFFERDALFEGRICA BENTÄRLA EMIC ADARZEER EXPIPS ANG ERRI
tors	ANISTIA III	CONTRIBUTION STATEMENT TO ABANDA COMBINE TO SO DESIGNATION STATEMENT TO A A TO A COMBINE CONSTR A SAME FAST AND A PREVENTION NAVE STATEMENT 911-7027 K. AND SOME	2 281 297,44	2.367.976,3e	2.44) 751,90	CTPHENNE PREVIOTO MEAST 14, DIE EROLENA EROCHELENGEN ER HELDER EINE ART ALLE EROCHE EROCHELENGEN
TX POSPICÃO CONTROLE PISCALIZAÇÃO	ANESTIA **	CONTRACTOTES AND PETAL AND AGAINMENT OF SECTION OF SEC	69 439 (80	72.098,44	74.495,59	CURPORME PER VETTO NO ART 14, INCINCIANALISIC CARPLAMENT AR HICIME I MARTE ARTI DAPETVIS ÁGIDERENÉ NESANERÁCKOSSERRADONALISTIBANYYAD MARKACKACAMENTÁRIA PÁR AUMELIEK ÍR KHPRANICIÚK
TXPODERNALKIA	ANISTIA "	CONTRACTOR ENGLISSES TELEMATERALISMENT CON- SERVERS THAN THE THE OFFI THE ACTION AND AND AND A TOP TO AND AND A TASE OF THE OFFI THE ACTION AND AND AND A TOP THE ACTION AND A TO	36.332,40	37.713,63	38.919,85	CERNHARME PREVIOUS NEMET AL INCROLEDALIZO CONFLIMENTARI DA SUM O MONTANTI DA PREVIA ÑO DE RENC'HE SAMER À COMMUNER A DINNA LE DESTATO A DA LE RING AMENITÀRIA EAN ADMESTER CICAD PRANCERES.
cosar	ANESTIA ^{IN}	CENTERRATITIFICATION TO AREA MPAGAMINITORIE DERPEGATION, WHICH HAS INVESTALATED A CEMERALEUTO MALIMILITARE A RESPONSIVE HALL ESSATISTICS SELECTION SON ASSESSIVE AND A SELECTION AND A SELECTION AND A SELECTION AND A SE	29.001,54	36 103,60	31,064,92	Conferme Previeto fo art 14, richal dalet cart errent ar incore albert artic Baneviskoerrent ne larracendre albertatta daleter arbitaria Ericadariter e knipant erre
	Subtotal (II)		5.176.50a.34	5,167,062,10	1.134 MIL. 10	
Resemble to the factor of the	TOTAL (1+H)		39.640.906,74	31.305.201.19	32 X23 A79,85	SECTION OF THE PROPERTY OF THE

FONTE: SLETEMAS MOSILIÁRIO, MOSILIÁRIO E DIVIDA ATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTAL DETAIL REMANDAS FORGAS CONSIDERADAD NA DEL TIMATIVA DA RECEITA E NÃO AFETARAO AS METABOS FISICAIS PREVISTOS NA PRESENTE LEI

Note Exploration Note Exploration

O immonishative apresentation, tom a freedidate die bonum mines barrapperente a abstroneteração das finanças publicas, no medide em que bonus ofertar às autoridades o a inconsidade em great, um importante autorido pums atérição dos cualina e barrations das envanosa facual do pordo en visia excundinte actival.

nationaristic test in patientings the missionering allotate pairs a minimizer de autorious de records, de mode, dui casa arts belovad extraktives or promitimente priper. Reseatance que a Sistementaria de Remais de Minimizer de autorious de records, de mode, dui casa arts belovad extraktives or promitimente priper. Reseatance que a Sistementaria de Remais de Minimizer de Minimizer de autorious de autorious de records de mode, de mode du casa arts belovad extraktives or promitimente priper. Reseatance que a Sistementaria de Remais de Minimizer de Minimizer de Autorious de records de mode de mo

resilients consistencymes, exchanges gap par contains a demonstrate de securiorie de amountaine de securiorie de s

(1) Not classed on programmits were onto service committee, commit

() New course of a works due months on pass of an advantage of the contract of the pass of the contract of the

(b) Non control or substant for a substant for a substant for extinate for extinate for extinate or a substant for extinate for extinat

to man various an executive an experience with princip continue to a continue and princip con

Approximate for emotival de a nomitar ses demonstratedes sobs approximation and approximation of the contraction of the contrac



Prefeitura Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo Secretaria de Fazenda

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2023

AMF -Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

RS 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0.00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00



O documento foi adicionado eletronicamente por VINICIUS PATRICIO OLIVEIRA, CPF: ***.*79.837-** em 25/08/2022 16:58:36. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/ e utilize o codigo abaixo: 0CF5158E-A21D-4867-8B76-E5B904E7A2A6







LEI N° 9.865

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2023.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. O Orçamento do Município de Vitória, referente ao exercício de 2023, será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas na presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, no art. 137, § 1°, da Lei Orgânica do município de Vitória, e na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual e suas alterações;

 ${\rm IV} \ - \ {\rm as} \ {\rm disposiç\~oes} \ {\rm relativas} \ {\rm \grave{a}s} \ {\rm despesas} \ {\rm com}$ pessoal e encargos sociais;

 $\mbox{V - as disposições sobre alterações na legislação} \\ \mbox{tributária do Município;}$

VI - as disposições finais.

Parágrafo Único. Integra, ainda, esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o que dispõem os §§ 1° e 2° do art. 4° da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2°. A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com as metas fiscais para o exercício de 2023 constantes do Anexo de Metas Fiscais da presente Lei.



Municipal;

Parágrafo único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução do orçamento de 2022 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3°. As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2023 serão compatíveis com o Plano Plurianual, relativo ao período 2022/2025, devendo observar os eixos e diretrizes estratégicos estabelecidos pelo Governo, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2023, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º. As diretrizes estratégicas que nortearão a formulação de programas são as seguintes:

- · Vitória da Paz e Igualdade;
- · Vitória Empreendedora e Sustentável;
- · Vitória Viva e Dinâmica;
- · Vitória Conectada e Participativa.

§2°. Os eixos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

- Educação;
- Saúde;
- · Segurança e Serviços Urbanos;
- Desenvolvimento Social e Cidadania;
- · Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- Mobilidade e Obras Viárias;
- Cultura, Esporte e Lazer;
- Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação;
- Gestão.

\$3°. O Projeto de Lei do Orçamento do Município de Vitória para o exercício de 2023 abrangerá Programas de Governo constantes no Plano Plurianual para o período de 2022/2025, discriminados em ações e seus respectivos produtos e metas.





CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4°. O Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD, anexo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2023 discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação por funções e programas, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, meta e valores totalizados por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

- \$1°. A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria n° 042, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/1999 e suas alterações posteriores.
- **\$2°.** Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2022/2025 e suas modificações.
- \$3°. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:
 - a) pessoal e encargos sociais (1);
 - b) juros e encargos da dívida (2);
 - c) outras despesas correntes (3);
 - d) investimentos (4);
 - e) inversões financeiras (5);
 - f) amortização da dívida (6).
- §4°. A reserva de contingência, prevista no art. 21, desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de despesa.
 - Art. 5°. Para efeito desta Lei, entende-se por:
- I programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que



se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 6°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 7º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Art. 8°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária na forma de programas e atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 9°. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades constantes do Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 10. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e demais entidades em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos do Município apenas sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;



III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 11. O orçamento de investimento compreende a programação orçamentária das empresas públicas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. O Orçamento do Município para o exercício de 2023 será elaborado visando garantir o equilíbrio da gestão fiscal.

Parágrafo único. Os processos de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária e de execução do orçamento deverão ser realizados de modo a promover a transparência do gasto público, inclusive por meio eletrônico, observando-se, também, o princípio da publicidade, com vistas a favorecer o acompanhamento por parte da sociedade.

Art. 13. No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2023.

Art. 14. Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas origens dos recursos;

II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive, custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15. A lei orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação.



\$1°. A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

\$2°. Depois de assegurados recursos para desenvolver as ações de sua competência e as resultantes dos processos de municipalização, o Município poderá contribuir, observado o artigo 62, da Lei Complementar n° 101/2000, para efetivação das ações propostas pelo Conselho de Segurança Municipal - COMSU, instituído pela Lei Municipal n° 8.867, de 2015.

Art. 16. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12 e 16 da Lei Federal nº 4.320 de 1964, para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, observados os critérios e requisitos estabelecidos no decreto 17.340/2018 e suas modificações.

Art. 17. A transferência de recursos à entidade privada, a título de contribuição corrente, ocorrerá se for autorizada em lei específica ou destinada a entidade sem fins lucrativos escolhida para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual 2022/2025, observada a legislação em vigor.

Art. 18. Somente serão incluídas, na lei orçamentária anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto de lei do orçamento à Câmara Municipal.

Art. 19. Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II - somente serão incluídos na lei orçamentária os investimentos para os quais estejam previstas no Plano Plurianual 2022/2025, ações que assegurem sua manutenção;

III - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.



Art. 20. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025 que tenham sido objeto de projetos de lei.

Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 23. O valor da reserva de contingência poderá ser de, no máximo, 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida estimada para 2023.

Art. 24. Não será admitido aumento do valor global do projeto de lei orçamentária e dos projetos que tratam de créditos adicionais, em observância ao inciso XII, do art. 113, combinado com o §2°, do art. 142, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 25. A destinação de recursos do Município, a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, observará o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 26. No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9° e no inciso II, §1°, do art. 31, da Lei Complementar n° 101/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na lei orçamentária anual, e incidirá sobre "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras".

Parágrafo único. O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/1988, fica abrangido pela limitação prevista no caput deste artigo.



Art. 27. Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101/2000, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 28. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá, ainda, manter superavitária a receita corrente frente à despesa corrente, com a finalidade de comportar a programação de investimentos.

Art. 29. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão atualizados independentemente de nova publicação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas estimativas para pessoal e encargos sociais, terão como limites, observados os arts. 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000, e o art. 12 desta lei, a despesa da folha de pagamento de junho de 2022, projetada para 2023, considerando os acréscimos legais, inclusive alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de vagas.

Art. 31. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos se, cumulativamente:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - observados os limites estabelecidos nos Arts. 19 e 20, da Lei Complementar 101, de 2000;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. Na estimativa das receitas constantes do projeto de lei orçamentária, serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária.



Parágrafo único. As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, taxa de Coleta de Resíduos Sólidos e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e contribuir para a elevação da capacidade de investimento do Município.

Art. 33. Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão apresentar demonstrativo dos benefícios de natureza econômica e/ou social.

Parágrafo único. A redução de encargos tributários só entrará em vigor quando satisfeitas as condições contidas no Art. 14, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

\$1°. A comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária se dará com a emissão prévia e juntada ao processo administrativo de Nota de Reserva Orçamentária no Sistema de Contabilidade no valor total que comporte a realização da despesa até final do exercício corrente à qual ela se iniciar.

\$2°. Os responsáveis pelo procedimento licitatório e pela realização da despesa somente poderão dar prosseguimento à licitação e à efetiva realização da despesa após o cumprimento do disposto no \$1° do artigo 34 desta lei.

§3º. Fica dispensada da comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, prevista no artigo 32 desta lei, quando se tratar de abertura de licitação por Ata de Registro de Preços.

Art. 35. Caso o projeto de lei orçamentária de 2023 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.



- **\$1°.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
- \$2°. Eventuais saldos negativos, apurados em conseqüência de emendas apresentadas ao projeto de lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, através da abertura de créditos adicionais.
- \$3°. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:
 - I pessoal e encargos sociais;
- II benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - IPAMV;
 - III serviço da dívida;
- IV pagamento de compromissos nas áreas de saúde,
 educação, assistência social e segurança pública;
- $V {\rm categorias} \ de \ {\rm programação} \ {\rm cujos} \ {\rm recursos} \ {\rm sejam}$ provenientes de operações de crédito ou de transferências voluntárias da União e do Estado;
- VI categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;
- VII conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2023 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1° semestre de 2023;
- VIII pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.
- Art. 36. O Poder Executivo disponibilizará no site www.vitoria.es.gov.br, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o quadro de detalhamento da Despesa QDD, discriminando a despesa por modalidade de aplicação, conforme a unidade orçamentária e classificação funcional programática.
- Art. 37. Em atendimento aos arts. 8° e 9°, da Lei Orgânica do Município de Vitória, o orçamento anual deverá ser elaborado com a participação da sociedade civil.
- Art. 38. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2022 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados



ao orçamento do exercício financeiro de 2023 conforme o disposto no §2°, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 39. Cabe à Secretaria de Fazenda a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração do Orçamento Municipal.

Parágrafo Único. A Secretaria de Fazenda determinará

sobre:

I - calendário de atividades para elaboração dos

orçamentos;

II - elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, autarquias, fundos e empresas;

III - instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos.

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá, por meio de decreto, a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos artigos 8° e 13, da Lei Complementar n° 101/2000, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 41. Entende-se, para efeito do §3°, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8.666, de 1993.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, 09 de agosto de 2022

Prefeito Municipal

*Reproduzido por haver sido publicado com incorreção.

Ref. Proc. 4745846/2022





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023

ARF (LRF, art 4", § 3")						
PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCO	s	PROVIDÊNCIAS				
Descrição	Valor	Descrição	Valor			
Frustração da arrecadação de transferências oriundas do ICMS, em razão da incerteza quanto ao índice (IPM) definitivo do município de Vitória		Limitação de empenho até o montante total da frustração verificada	12.880.938			
TOTAL	12.880,938	тотаі.	12.880.938			







LFI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÀRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2021

		2023			2024		2025		
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	Vulor Constante	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	2.665.353.935	2.567.778.357	117,40%	2.724.864.210	2.543.711.268	109,38%	2.652.232.873	2.403.794.727	109.94%
Receitas Primirias (I)	2.329.660.170	2.244.373.959	102,6194	2.414.123.757	2.253.629.293	95,60%	2.414.123.757	2.187.989.605	100,07%
Despesa Total	2.665.353.935	2.567.778.357	117,40%	2.724.864.210	2.543.711.268	109,38%	2.652.232.873	2.403.794.727	109,94%
Despesas Primárias (II)	2.584.778.643	2.490.152.835	113,85%	2.639.418.359	2.463.945.982	106,07%	2.558.429.379	2.318.777.929	106,05%
Resultado Primirio (III) = (I - II)	-255.118.474	-245.778.876	-11,24%	-225.294.602	-210.316.689	-10,47%	-144.305.622	-130.788.324	-5.98%
Resultado Nominal	-170.306.962	-164.072.218	-7,50%	-136.363.677	-127.298.021	-6,99%	-51.694.029	-46.851.781	-2,14%
Divida Piblica Consolidada	556.139.592	535,779,954	24,50%	679.734.442	634.544.706	22,82%	734.657.766	665.841.405	30,45%
Divida Consolidada Liquida	-497.658.826	-479.440.102	-21,9294	-407.588.913	-380.491.809	-20,42%	-385.217.263	-349.133.454	-15,97%

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO ANEXO DE METAS FISCAIS

A metodologia adotada é aquela estabelecida pela Lei Complementar 101/2000 - LRF e pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para a definição das metas fiscais para o exercício a que se refere a LDO e aos dois subsequentes.

Conceitos de receitas primárias, despesas primárias e resultado primário:

Receitas Primárias: São as receitas que o governo obtenha e não amplie sua divida ou não diminua seus ativos. São receitas não financeiras, a exemplo de impostos, taxas, contribuições etc.

Receitas não Primárias: são receitas que o governo obtém através do endividamento público ou da diminuição do Ativo. São aquelas decorrentes de aplicações financeiras, de operações de crédito, alienação de ativos de investimentos ou de amortização de empréstimos. Destaca-se que a Portaria 91/2020 do Ministério da Economia passou a considerar a alienação de bens móveis e imóveis como receita primária.

Despesas Primárias: São os gastos ligados diretamente à oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas as despesas financeiras. Tratam-se das despesas com pessoal, custeio, investimento ou inversões financeiras, ou seja, que não estão relacionadas ao serviço da dívida.

Despesas Não Primárias (financeiras): são despesas decorrentes de operações financeiras. São aquelas destinadas à concessão de crédito e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.





Resultado Primário: O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas primárias, conforme definidas anteriormente. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um superávit primário; caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Destaca-se que um fator relevante na composição do resultado primário planejado é a previsão de despesas a serem realizados com recursos oriundos de operações de crédito. A previsão de execução de tais despesas leva em conta os contratos de financiamento em andamento, bem como seus cronogramas, o que influenciou os resultados esperados para os respectivos exercícios.

Por fim, destaca-se que os recursos advindos de aplicações financeiras, apesar de não serem resultantes de aumento do endividamento do município, nem da redução de ativo, rege a legislação que devem ser subtraídos para efeitos de apuração da receita primária. E assim procedeu-se. O que merece atenção é o fato de que, apesar de ser plenamente possível o pagamento de quaisquer despesas com recursos provenientes de rendimentos (respeitados os respectivos vínculos), essas receitas são deduzidas na apuração do resultado primário planejado.

Memória de Cálculo

RECEITAS		2023	2024	2025
	RECEITA TRIBUTÁRIA	877.071.744	906.505.711	934.174.09
	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	109.620.241	114.999.841	115.950.24
RECEITAS CORRENTES	RECEITA PATRIMONIAL	110.730.986	113.641.964	114.036.52
RECEITAS CORRENTES	RECEITA DE SERVIÇOS	1.951.916	2.028.199	2.096.05
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.205.475.108	1.249.427.219	1.284.363.57
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.441.165	60.574.133	62.350.65
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	224.791.323	196.921.546	57.654.41
	ALIENAÇÃO DE BENS	936.456	966.423	995.41
RECEITAS DE CAPITAL	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	171.456	176.942	182.25
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.254.390	1.278.531	1.301.88
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.500	5.800	5.90
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	REC. CORRENTES INTRAORÇAM.	73.903.650	78.337.900	79.121.85
TOTAL:1		2.665.353.935	2.724.864.210	2.652.232.87
Apuração da Receita Primária	DEDUÇÕES			
	Receitas de Aplicações Financeiras	110.730.986	113.641.964	114.036.57
	Operações de Crédito	224.791.323	196.921.546	57.554.4
	Amortização de Empréstimos	171.456	176.942	182.2
	Alien. Ativ. Financeiros	0	0	
	TOTAL: II	335.693.765	310.740.452	171.873.15
	RECEITA PRIMÁRIA: III (I-II)	2 329 660 170	2.414.123.757	2.480.359.68





DESPESAS

		2023	2024	2025
	PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS	1.354.697.877	1.426.754.999	1.478.711.270
DESPESAS CORRENTES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.919.475	24.711.039	21.424.932
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	696.675.561	719.965.798	741.640.027
	INVESTIMENTOS	438.964.857	393.671.300	237.009.672
DESPESAS DE CAPITAL	INVERSÕES FINANCEIRAS			
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	54.655.817	60.734.812	72.378.562
RESERVA DO RPPS	RESERVA RPPS	47.211.400	50.079.900	50.582.350
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA	12.880.938	13.293.128	13.691.922
OMV	CMV	34.348.010	35.653.234	36.794.138
TOTAL: IV		2.665.353.935	2.724.864.210	2.652.232.873
Apuração da Despesa Primária	DEDUÇÕES			
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.919.475	24.711.039	21.424.932
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	54.655.817	60.734.812	72.378.562
	TOTAL: V	80.575.292	85.445.850	93.803.494
	DESPESA PRIMÁRIA: VI (IV-V)	2.584.778.643	2.639.418.359	2.558.429.379
RESULTADO PRIMÁRIO: VII (III-VI)		-255.118.474	-225.294.602	-78.069.699

Para o Resultado Nominal, em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, adotou-se a metodologia acima da linha, representada pelo Resultado Primário, acrescido dos juros ativos, menos os juros passivos.

ACOMPANHAMENTO MACROECONÔMICO E FISCAL

A elaboração do presente PLDO se dá em um cenário ainda de incertezas quanto aos efeitos da pandemia da COVID-19 na atividade econômica e, consequentemente, na arrecadação do município.

As estimativas de crescimento do PIB e da inflação normalmente balizam as projeções de receita, avaliandose item a item a real influência desses indicadores. O último Boletim Focus do Banco Central do Brasil, datado de 25 de março, estima um avanço do PIB brasileiro para 2023 na ordem de 1,30%. Quanto à expectativa de inflação, o boletim estima que se alcance 3,80, já com três revisões consecutivas em sentido de ampliação do indicador.

Assim, as premissas utilizadas foram:

 a. Verificação dos indicadores macroeconômicos, a exemplo das metas de inflação e expectativa de evolução do PIB, observando os informativos quanto aos impactos negativos da pandemia da covid-19.



b.

Expectativas macroeconômicas

INDICADORES	2023	2024 (%)	2025 (%)
INFLAÇÃO*	3,80%	3,20%	3,00%
PIB	1,30%	2,00%	2,00%

FONTE: Relatório Boletim Focus - BACEN (março/2022)

- Monitoramento do comportamento da economia local, estadual e nacional, bem como verificação da realização da arrecadação de recursos próprios, além das transferências financeiras previstas nas constituições estadual e federal;
- d. Acompanhamento da execução, metas e planejamento da política monetária, fiscal e tributária do Governo Federal, na forma de informes e relatórios do Comitê de Política Monetária, Banco Central do Brasil.

Por fim, a posição adotada em relação à projeção do ICMS levou em consideração o comportamento do Índice de Participação Municipal (IPM), cuja estimativa para o exercício de 2023 é de 14,800%, com expectativa de estabilidade próximo a esse patamar para os exercícios seguintes, conforme tabela a seguir:

Evolução do IPMV de Vitória

ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*	2025*
IPM**	12,677	13,375	15,311	15,843	14,535	14,800	15,000	15,000

FONTE: SEFAZ/GEARC/SUAEF/SIPM

As projeções dos indicadores econômicos acima consideram a permanência do cenário econômico atual. Modificações das condições macroeconômicas nacionais ou na estabilidade econômica internacional poderão alterar o panorama projetado, que poderá ser atualizado quando do envio da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023.



^{*} Inflação do IPCA acumulada em 12 meses.

^{*} ESTIMADO PARA O REFERIDO EXERCÍCIO

^{**} CADA PONTO PERCENTUAL EQUIVALE A APROXIMADAMENTE RS 42,9 MILHÕES



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021	%	Metas Realizadas em 2021	%	Varia	ção
	(a)	RCL	(b)	RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	1.953.167.835	0,915	2.280.520.066	1,068	327.352.231	16,8%
Receitas Primárias (I)	1.719.932.481	0,805	2.151.949.953	1,008	432.017.472	25,1%
Despesa Total	1.953.167.835	0,915	1.812.112.730	0,849	-141.055.105	-7,2%
Despesas Primárias (II)	1.900.939.924	0,890	1.570.743.325	0,736	-330.196.599	-17,4%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-181.007.443	-0,085	581.206.628	0,272	762.214.071	421,1%
Resultado Nominal	-128.052.852	-0,060	596.516.903	0,279	724.569.755	565,8%
Dívida Pública Consolidada	396.404.281	0,186	384.843.450	0,180	-11.560.831	-2,9%
Dívida Consolidada Líquida	29.137.721	0,014	-644.978.471	-0,302	-674.116.192	2313,6%

No exercício de 2021, mesmo diante da persistente recessão econômica, agravada pela crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, o município cumpriu as metas fixadas para os Resultados Nominal e Primário.

O desempenho do PIB nacional em 2021 demonstrou uma recuperação na ordem de 4,6%, frente a uma retração de 4,1% no ano anterior, segundo dados do IBGE, superando as expectativas registradas no início do exercício. Em janeiro de 2021 o mercado estimava um avanço na ordem de 3,45%, conforme Boletim Focus do Banco Central datado de 15/01/2021.

Outro indicador que merece destaque é a inflação acumulada no exercício, atingindo o patamar de 10,06% em 12 meses, distante da expectativa inicial de 3,43%.





	2021			2005-0000	nenetrale.	-
Mediana - Agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje (Comp.	al *	Resp. **
IPCA (%)	3,37	3,34	3,43	A	(2)	120
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,35	3,35	3,47	A	(2)	99
PIB (% de crescimento)	3,46	3,41	3,45	A	(2)	72
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	===	(4)	102
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	3,00	3,25	3,25	===	(1)	105
IGP-M (%)	4,70	4,60	4,94	A	(2)	73
Preços Administrados (%)	4,36	4,02	4,20	A	(1)	25
Produção Industrial (% de crescimento)	5,00	4,78	5,00	A	(1)	13
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-17,40	-16,00	-19,41	*	(1)	19
Balança Comercial (US\$ bilhões)	55,10	55,00	55,00	=	(1)	20
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	60,00	60,00	60,00	=	(9)	18
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	67,00	64,95	64,95	=	(1)	18
Resultado Primário (% do PIB)	-3,00	-3,00	-2,80	A	(1)	20
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,00	-7,00	-6,92	A	(1)	18

Boletim Focus de 15/01/2021

Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210115.pdf

Esse cenário de volatilidade demonstra alto grau de incertezas, exigindo o posicionamento de austeridade na condução das finanças do município. Destaca-se que a recuperação ocorreu após forte retração em função da pandemia de COVID-19 no exercício anterior que, por sua vez, sucedeu uma série de exercícios com fraco desempenho do PIB.





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

| ESPECIFICAÇÃO | 2820 | 2821 | % 2822 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823 | % 2823

	VALORESAPRECOSCONSTANTES										
ESPECIFICAÇÃO	ENPECIFICAÇÃO 2020	2021	*	2023	%	2623	%	2624		2625	*
Receita Total	2.213.811.944	2.149.656.519	-2,90%	2.355.280.876	9.57%	2.567.778.357	9.62%	2.543.711.268	-0.94%	2.403.794.727	-5,50%
Receitas Primárias (I)	1.924.932.427	1.892.957.689	-1.66%	2.024.976.804	6,97%	2.244.373.959	10,83%	2.253,629,293	0.41%	2.187.989.605	-2.91%
Despesa Total	2.213.811.944	2.149.656.519	-2,90%	2.355.280.876	9,57%	2.567.778.357	9,02%	2.543.711.268	-0.94%	2.403.794.727	-5.50%
Despesas Primárias (II)	2.141.684.563	2.092.174.480	-2,31%	2.767.641.528	8,39%	2.490.152.835	9,81%	2.463 945 982	-1.05%	2.318.777.929	-5.89%
Resultado Primário (III) (1 - II)	-216.752.136	-199.216.792	-R,09%	-242,664,724	21,81%	-245.778.876	-201.28%	-210.316.689	-14,43%	-130.788.324	-37,81%
Resultado Nominal	-164.107.938	-140.934.969	-14,12%	-214,582,762	52,26%	-164.072.218	-23.54%	-127.298.021	22,41%	46.851.781	63,20%
Divida Pública Consolidada	572,730,884	436.282.552	-23,82%	606.715.705	39,06%	535,779,954	-11,69%	634.544.706	18,43%	665.841.405	4.93%
Divida Consolidada Liquida	149.628.115	32.068.976	-78,57%	86.931.222	171,08%	-479.440.102	-651,52%	-380.491.809	-20.64%	-349 133.454	8.24%



Prefeitura Municipal de Vitón Estado do Espírito Santo Secretaria de Fazenda

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	9.508.890	0,22%	6.811.452	0,12%	3.740.825	0,15%
Reservas						
Resultado Acumulado	3.506.030.201	99,78%	3.035.971.669	99,88%	3.064.018.881	99,85%
TOTAL	3.515.539.091	100,00%	3.042.783.121	100,00%	3.067.759.706	100,00%

Nota: O quadro demonstra o Patrimônio Líquido Consolidado do Município líquido de transações intragovernamentais, sendo o Regime Previdenciário destacado abaixo.

REGIME PREVIDENCIÁRIO								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%		
Patrimônio	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Reservas								
Lucros ou Prejuizos Acumulados	3.343.991	100,00%	(2.209.844)	100,00%	(408.015)	100,00%		
TOTAL	3.343.991	100,00%	(2.209.844)	100,00%	(408.015)	100,00%		







LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.291.716,11	2.787.784,08	874.199,16	
Alienação de Bens Móveis	795.663,10	1.029.126,34	651.836,11	
Alienação de Bens Imóveis	406.391,47	1.751.965,56	207.021,03	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	89.661,54	6.692,18	15.342,02	

DESPESASEXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	00,0	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	00,0	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0.00	0,00

	2021	2020	2019
SALDOFINANCEIRO	$(\mathbf{g}) = ((\mathbf{Ia} - \mathbf{IId}) + \mathbf{IIIh})$	(h) = ((lb – He) + Hli)	(i) = (Ic - IIf)
VALOR(III)	4,953,699,35	3.661.983,24	874.199,16







LEIDEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4", §2", inciso IV, alinea "a")			R\$ 1,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	2021	2020	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	28,779,772,53	41.371.324,02	51.118.230,81
Receita de Contribuições dos Segurados	10.961.963,51	7.444.014,97	7.355.325,09
Ativo	10.938.104,99	7.444.014,97	7.355.325,09
Inativo	14.227,19	0,00	00,0
Pensionista	9.631,33	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	16.682.511,47	14.888.029,95	14.710.650,16
Ativo	16.682.511,47	14.888.029,95	14.710.650,16
Inativo	00,0	00,0	0,00
Pensionista	0,00	00,0	0,00
ReceitaPatrimonial	1.064.515,13	19.039.279,10	29.052.120,56
ReceitasImobiliárias	00,0	00,0	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.064.515,13	19.039.086,21	29.052.120,56
Outras Receitas Patrimoniais	00,0	192,89	0.00
Receita de Serviços	0,00	0,00	89,13
Outras Receitas Correntes	70.782,42	00,0	45,87
Compensação Financeira Entre os Regimes	00,0	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	70.782,42	0,00	45,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0.00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - (III) = (1 + II)	28,779,772,53	41.371.324,02	51.118.230,81
DESPESAS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	2021	2020	2019
Beneficios	788.284,14	633.176,09	490.028,4
Aposentadorias	497.084,33	453.221,99	340.741,8
Pensões	291.199,81	179.954.10	149.286,5
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	438.342,5
Compensação Financeira Entre os Regimes	0,00	0,00	0,0
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	438.342,9
TOTAL DE DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV)	788.284,14	633,176,09	928,371,3
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) = (III - IV)	27,991,488,39	40.738.147,93	50.189.859,5
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PDEVIS	ÃO ORÇAMENTÁR	
VALOR	0.00	0.00	0,0
	0,001	0,001	0,0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2020	2019
RESERVA ORÇANIENTARIA DO REES	2021	2020	2017
VALOR	33.538.567,00	31.089.000,00	
VALOR	33.538.567,00	31.089.000,00	27.636.000,0
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	33.538.567,00 2021	31.089.000,00	27.636.000,0 2019
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	33.538.567,00 2021 0,00	31.089.000,00 2020 0.00	27.636.000,0 2019
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	33.538.567,00 2021 0,00 0,00	31.089.000,00 2020 0,00 0,00	27.636.000,0 2019 0,0
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS	33.538.567.00 2021 0,00 0.00 0.00	31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00	27.636.000,0 2019 0,0 0,0
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS	33.538.567,00 2021 0,00 0,00	31.089.000,00 2020 0,00 0,00	27.636.000,0 2019 0,0 0,0
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS	33.538.567.00 2021 0,00 0.00 0.00	31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00	27.636.000,0 2019 0,0 0,0
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	31.089.000,00 2020 0.00 0.00 0.00 0.00	27.636.000,0 2019 0,0 0,0 0,0 0,0 2019
VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS	33.538.567.00 2021 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	31.089.000,00 2020 0,00 0,00 0,00 0,00 2020	27.636.000,0 2019 0,0 0,0 0,0







LEIDEDIRETRIZESORÇAMENTÂRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANOFINANCEIRO 2023

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4", § 2", inciso IV, alinea "a") FUNDO EMREPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	2021	2020	2019
RECEITASCORRENTES(I)	141,380,417,22	131.524.988.36	173,371,247,91
Receita de Contribuições dos Segurados	59.625.787.00	36.742.750.66	38.362.966.22
Ativo	37.997.618,18	32.597.989.28	33,569,329,37
Inativo	18,993,095,19	3.602.843.30	3.918.537.53
Pensionista	2.635.073,63	541.918.08	875.099.32
Receita de Contribuições Patronais	47.875.075.05	65.195.306.17	67.123.715,64
Afivo	47.875.075.05	65.195.306.17	67.123.715.64
Inativo	0.00	0.00	0.00
Pensionista	0.00	0.00	0.00
Receita Patrimonial	20.263.185.69	25.487.684.37	63.348.870.91
Receitas Imobiliárias	83.100.16	67.037.20	159.003.35
Receitas Imootiarias Receitas de Valores Mobiliários	20.180.085.53	25.420.647,17	63.189.867.56
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00
	0.00	44.586.85	79.410.81
Receita de Serviços		1.04.00	
Outras Receitas Correntes	13.616.369,48	4.054.660,31	4.456.284,33
Compensação Previdenciária entre os regimes	2.216.098,49	3.941.180.53	
Demais Receitas Correntes	11.400.270,99	113.479,78	221.334,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	825.499,17	20,000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	00,0
Amortização de Empréstimos	0,00	702.209,25	00,0
Outras Receitas de Capital	0,00	123.289,92	20.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - (III) = (I+II)	141.380.417,22	132.350,487,53	173,391,247,91
DESPESAS-FUNDO EM REPARTICÃO (PLANO FINANCEIRO)	2021	2020	2019
Beneficios	287.961.628,89	277.955.434,41	261.893.191,25
Aposentadorias	248.707.155,36	242.228.557.94	227.939.865,34
Pensões	39.254.473.53	35.726.876,47	33.868.119,9
Outros Beneficios Previdenciários	0.00	0,00	85.205,9
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	570.204,28	326.364,9
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0.00	0,00	0,0
	0,00	570.204,28	326.364.9.
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV)		570.204,28 278.525,638,69	
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV)	0.00 287.961.628,89	278.525,638,69	262,219,556,11
Demais Despesas Previdenciárias	0,00		262,219,556,11
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV)	0.00 287.961.628,89 -146,581.211,67	278.525,638,69 -146.175.151,16	262,219,556,11 -88,828,308,2
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00 287.961.628,89 -146,581,211,67	278.525.638,69 -146.175.151,16 2020	262,219,556,11 -88,828,308,2 2019
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00 287.961.628,89 -146.581.211.67 2021 178.193.995.89	278.525.638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00	262,219.556,11 -88.828,308,2 2019 152,030,000,0
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00 287.961.628,89 -146,581,211,67	278.525.638,69 -146.175.151,16 2020	262,219.556,11 -88.828,308,2 2019 152,030,000,0
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00 287.961.628,89 -146.581.211.67 2021 178.193.995.89	278.525.638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00	262,219.556,11 -88.828,308,2 2019 152,030,000,0
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva	0,00 287,961.628,89 -146,581,211,67 2021 178,193,995,89 0,00	278.525.638,69 -146.175.151.16 2020 173.330.000,00 0.00	262,219,556,11 -88,828,308,2* 2019 152,030,000,00 0,00 2019
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-RPPS	0,00 287.961.628,89 -146.581.211,67 2021 178.193.995,89 0,00	278.525,638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020	262,219,556,11 -88,828,308,2* 2019 152,030,000,00 0,00 2019 0,00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (V) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(VI)	0,00 287.961.628,89 -146,581,211,67 2021 178.193.995,89 0,00 2021 0,00 0,00	278.525,638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0,00	262,219,556,11 -88,828,308,2* 2019 152,030,000,0 0,00 2019 0,00
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - Administração	0,00 287.961.628,89 -146.581.211,67 2021 178.193.995.89 0,00 2021 0,00 0,00	278.525,638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 0.00 2020	262,219,556,11 -88,828,308,2* 2019 152,030,000,0 0,00 2019 0,00 2019
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAN DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) = (III-IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - Administração DESPESAS CORRENTES (VII)	0,00 287.961.628,89 -146.581.211.67 2021 178.193.995,89 0,00 2021 0,00 0,00 2021 3.617.284,61	278.525,638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0,00 0,00 2020 2020 3.529.093.08	-88.828.308,27 2019 152.030.000,00 0,00 2019 0,00 2019 3.708.474,73
Demais Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (IV) = (III – IV) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS RECEITAS CORRENTES TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (VI) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - Administração	0,00 287.961.628,89 -146.581.211,67 2021 178.193.995.89 0,00 2021 0,00 0,00	278.525,638,69 -146.175.151,16 2020 173.330.000,00 0.00 2020 0.00 0.00 2020	262,219,556,11 -88,828,308,2 2019 152,030,000,0 0,0 2019 0,0 0,0 2019 3,708,474,7 124,254,1



-3.619.824,41



RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (X) = (VI-IX)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANOFINANCEIRO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

em Reais (RS)

O-ANEXO TO LEK	F, art. 53, § 1", inciso II)	", inciso II) em Reais (RS)			
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(#)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRODO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2022	95.019.311,54	334.493.976,45	-239.474.664,90	272.215.928,81	538.810.385.03
2023	83.830.357.19	339.191.545,25	-255.361.188,06	16.854.740,75	564.517.878,34
2024	84.071.921,93	347.485.601.28	-263.413.679,36	-246.558.938.61	591.451.930,98
2025	83.501.165,82	355.777.711,34	-272.276.545.52	-518.835.484,13	619.671.065.4
2026	82.390.508,41	362.634.157,12	-280.243.648,70	-799.079.132,83	649.236.596,4
2027	81.320.989,00	368.520.638.37	-287.199.649,37	-1.086.278.782,20	680.212.764.36
2028	80.139.451,97	372.787.120.30	-292,647,668,32	-1.378.926.450.52	712.666.874.5
2029	79.117.744,18	379.706.679,69	-300.588.935.51	-1.679.515.386,03	746.669.443,9
2030	76.779.699,74	383.181.024,60	-306.401.324,87	-1.985.916.710,90	782.294.353.8
2031	75.193.540,94	387.389.084,55	-312.195.543,60	-2.298.112.254,50	819.619.010,8
2032	73.080.780,81	392.227.823,10	-319.147.042,29	-2.617.259.296,79	858.724.514,7
2033	70.469.317.02	400.268.788,65	-329.799.471,63	-2.947.058.768.42	899.695.835,0
2034	66.050.532,81	403.544.896,55	-337.494.363.74	-3.284.553.132,16	942.621.995,3
2035	61.929.544,77	407.512.413,80	-345.582.869,03	-3.630.136.001,19	987.596.266,9
2036	56.463.359,08	407.857.517,56	-351.394.158,48	-3.981.530.159,68	1.034.716.371,5
2037	51.026.660,86	404.225.217.91	-353.198.557.05	-4.334.728.716.72	1.084.084.693.1
2038	46.074.411.65	402.252.560.94	-356.178.149,29	-4.690.906.866,01	
2039	40.549.712.00	393.369.800.84	-352.820.088.84		1.135.808.501,2
2040				-5.043.726.954,85	1.190.000.183,3
2041	36.464.539,56	387.466.409,47	-351.001.869,92	-5.394.728.824,77	1.246.777.489,6
2041	32.719.210,55 29.036.176.97	380.465.754,72	-347.746.544,17	-5.742.475.368,94	1.306.263.788,2
		372.649.360,97	-343.613.183,99	-6.086.088.552,93	1.368.588.333,9
2043 2044	25.322.865,38	363.814.590,01	-338.491.724,62	-6.424.580.277,55	1.433.886.548,5
	21.637.467,36	352.835.137,14	-331.197.669,78	-6.755.777.947,33	1.502.300.315,6
2045	18.425.692,43	342.506.062,16	-324.080.369,72	-7.079.858.317,05	1.573.978.288,2
2046	14.772.227,63	330.912.519,65	-316.140.292,01	-7.395.998.609,07	1.649.076.212,6
2047	11.234.504,34	314.796.403,71	-303.561.899,37	-7.699.560.508,43	1.727.757.265,9
2048	9.047.810,41	297.752.659,59	-288.704.849,17	-7.988.265.357,61	1.810.192.411,4
2049	7.141.540,34	279.264.278,56	-272.122.738,22	-8.260.388.095,82	1.896.560.769,5
2050	5.734.236,55	259.950.469,28	-254.216.232,72	-8.514.604.328,55	1.726.734.717,5
2051	4.713.826,46	240.685.246,54	-235.971.420,09	-8.750.575.748,64	1.567.488.826,5
2052	3.827.861,26	221.484.704,17	-217.656.842,91	-8.968.232.591,55	
2053	3.097.146,63	202.087.518,53	-198.990.371,90	-9.167.222.963,45	1.283.358.302,3
2054	2.648.399,81	183.794.896,25	-181.146.496,44	-9.348.369.459,89	1.159.098.595,6
2055	2.365.259,15	166.718.394,65	-164.353.135,50	-9.512.722.595,39	1.046.106.423,2
2056	2.099.798,14	149.110.539,17	-147.010.741,04	-9.659.733.336,43	945.481.401,8
2057	1.860.558,99	133.064.130,07	-131.203.571,08	-9.790.936.907,51	856.241.528,2
2058	1.645.371,35	118.474.190,05	-116.828.818,69	-9.907.765.726,20	777.463.221,7
2059	1.452.159,89	105.237.726,46	-103.785.566,58	-10.011.551.292,77	708.282.175,7
2060	1.278.854,42	93.248.914,80	-91.970.060,38	-10.103.521.353,15	647.899.090,7
2061	1.123.638,58	82.409.539,04	-81.285.900,46	-10.184.807.253,61	595.575.243,9







LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANOFINANCEIRO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

em Reais (RS)

exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(2)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2062	985.154,78	72.653.968,64	-71.668.813,86	-10.256.476.067,47	550.602.484,53
2063	861.649,49	63.883.845,53	-63.022.196,04	-10.319.498.263,51	512.337.796,5
2064	752.062,95	56.043.982,70	-55.291.919,75	-10.374.790.183,26	480.162.912,7
2065	654.845,32	49.040.775.94	-48.385.930,62	-10.423.176.113.88	453.524.329,3
2066	569.016,72	42.823.564,91	-42.254.548,20	-10.465.430.662,08	431.893.007,9
2067	493.488,98	37.325.937.05	-36.832.448.08	-10.502.263.110.15	414,781,560,83
2068	426.997.70	32,461,297,44	-32.034.299.74	-10.534.297.409.89	401.766.721,8
2069	368.910.07	28.201.031.06	-27.832.120,99	-10.562.129.530,89	392.433.685,7
2070	318.088,28	24,457,746,55	-24,139,658,27	-10,586,269,189,16	386.436.176.4
2071	273.841.15	21.193.434,49	-20.919.593,34	-10.607.188.782,50	383.449.610,4
2072	235.544.03	18.361.709,23	-18.126.165,20	-10.625.314.947.70	383.180.776,3
2073		15.890,968,04	-15,688,760,12	-10.641.003.707,81	385.394.777,8
2074	173,506,89	13.760.055,33	-13.586.548,44	-10.654.590.256,25	389.866.841,8
2075	148.718,55		-11.766.467,25	-10.666.356.723,50	396.415.804,3
2076	127.264,16	10.308.887,85	-10.181.623.69	-10.676.538.347,19	404.899.873,7
2077	109.013,25	8.941.007,97	-8.831.994,72	-10.685.370.341,91	415.170.518,3
2078	93.251.62	7.749.671.96	-7.656.420,35	-10.693.026.762,26	427.134.743,2
2079	79.762,70	6.723.241,31	-6.643.478,61	-10.699.670.240,86	440.706.812,7
2080	68.272.08	5.840.681.64	-5.772.409.55	-10.705.442.650,42	455.818.157,5
2081	58.599,42	5.092.212,22	-5.033.612,80	-10.710.476.263,22	472.406.767,5
2082	50.313,58	4.441.148,34	-4.390.834,76	-10.714.867.097,98	490.444.794,6
2083	39.009,74	3.598.257,19		-10.718.426.345,43	510.194.697,8
2084	34.376,87	3.202.053,61	-3.167.676,74	-10.721.594.022,18	531.287.600,7
2085	30.295,74	2.849.611,14	-2.819.315,40	-10.724.413.337,58	553.743.322,2
2086	26.700,49	2.536.083,64	-2.509.383,15	-10.726.922.720,73	577.587.521,3
2087	23.533,13	2.257.162,80	-2.233.629,68	-10.729.156.350,41	602.851.432,6
2088	20.742,60	2.009.018,40	-1.988.275,80	-10.731.144.626,21	629.571.650,4
2089	18.283,96	1.788.245,08	-1.769.961,12	-10.732.914.587,33	657.789.954,9
2090	16.117,63	1.591.815,18	-1.575.697,55	-10.734.490.284,87	687.553.179,1
2091	14.208,78	1.417.036,75	-1.402.827,98	-10.735.893.112,85	718.913.110,1
2092	12.526,70	1.261.516,24	-1.248.989,54	-10,737,142,102,39	751.926.425,1
2093	11.044,40	1.123.125,36	-1.112.080,96	-10.738.254.183,35	786.654.655,5
2094				-10.739.244.416,91	823.164.182,8
2095			-881.785.42	-10.740.126.202.33	861.526.254.3
2096				-10.740.806.368.74	

FONTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Municipio de Vitória - IPAMV - Plano Financeiro

- 1. Resultado Aritmético
- 2. Resultado com a capitalização do saldo financeiro
- 3. Não foram considerados os aportes para cobertura de déficit atuarial.







LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

em Reais (RS)

EXERCÍCIO .	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2022	31.861.311,23	3.673.338,60	28.187.972,63	295.537.337,02	309.525.071,5
2023	32.179.924,34	4.111.684,45	28.068.239,90	323.605.576,91	353.674.203,2
2024	32.501.723,59	4.548.437,53	27.953.286,05	351.558.862,97	399.899.736,3
2025	32.826.740,82	5.017.193,90	27.809.546,92	379.368.409,89	448.275.367.4
2026	33.155.008,23	5.336.769,32	27.818.238,91	407.186.648.80	499.064.175,3
2027	33.486.558,31	5.833.242,86	27.653.315,45	434.839.964.25	
2028	33.821.423.90	6.398.669,81	27.422.754,09	462.262.718,34	
2029	34.159.638,14	6.996,419,12	27,163,219,01	489.425.937.36	
2030	34.501.234,52	7.517.954,79	26.983.279,73	516.409.217,09	
2031	34.846.246,86	8.216.478,42	26.629.768,44	543.038.985.52	
2032	35.194.709,33	9.198.835.73	25.995.873,60	569.034.859,13	
2033	35.546.656,42	10.463.856,34	25.082.800,09	594.117.659,21	
2034	35.902.122,99	11.428.492,10	24.473.630,89	618.591.290,10	
2035	36.261.144,22	12.852.825,82	23.408.318,40	641.999.608,50	
2036	36.623.755,66	15.274.996,33	21.348.759.33	663.348.367,82	
2037	36.989.993,22	22.078.065.35	14.911.927.87	678.260.295.69	
2038	37.359.893,15	27,381,962,55	9,977,930,60	688.238.226.29	
2039	37.733.492,08	35.885.973.82	1.847.518,26	690.085.744,55	1.352.112.796,
2040	38.110.827,00	41.107.233.41	-2.996.406,41	687,089,338,14	1.416.241.935.
2041	38.491.935,27	45.885.306,40	-7.393.371,13	679,695,967,01	
2042	38.876.854,62	48.781.340.33	-9.904.485.71	669,791,481,30	이 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들은 아이들
2043	39.265.623.17	52.586.949.51	-13.321.326.34	656,470,154,96	
2044	39,658,279,40	55.743.563.61	-16.085.284,21	640.384.870,75	
2045	40.054.862,20		-21.228.732,38	619.156.138,37	
2046	40.455.410.82	71.129.856,94	-30.674.446,13	588.481.692,24	
2047	40.859.964.93		-33.787.950,07	554,693,742,17	
2048	41.268.564.58	77.984.893.43	-36.716.328,85	517,977,413,32	
2049	41.681.250,22			479.381.228,58	
2050	42.098.062,72		-39.401.777,51	439.979.451.07	
2051	42.519.043,35			399.755.863,44	
2052	42.944.233,78			358.982.863,17	[1] 전환 전환 (12.1 (
2053	43,373,676,12	[] : [[[[[]]]] [[]] [[]] [[]] [] [[]] [-41.160.424,37	317.822.438,80	
2054	43.807.412.88	85.266.627.91	-41.459.215,03	276.363.223,77	[] [] [] [] [] [] [] [] [] []
2055	44.245.487.01	85.411.506,53	-41.166.019,52	235.197.204,25	12 (22)
2056	44.687.941.88		-40.934.681,81	194.262.522,44	
2057	45.134.821.30		-40.116.562,07	154.145.960,37	
2058	45.586.169.51	86.974.301.84		112,757,828,05	네
2059	46.042.031,21		-42.684.516,10	70.073.311.94	
2060	46.502.451.52		-44.006.259.00	26.067.052.94	







LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - IPAMV PLANO PREVIDENCIÁRIO

2023

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (2)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência 2
2061	46.967.476,04	92.321.394,00	-45.353.917,96	-19.286.865,02	2.810.862.774,68
2062	47.437.150,80	94.165.212.33	-46.728.061,54	-66.014.926,56	2.902.673.400,71
2063	47.911.522,30	96.040.792,39	-48.129.270,08	-114.144.196,64	2.997.610.986,29
2064	48.390.637,53	97.948.773,55	-49.558.136,02	-163.702.332,66	3.095.802.596,66
2065	48.874.543,90	99.889.807,99	-51.015.264,09	-214.717.596,75	3.197.380.992,2
2066		101.864.560.92	-52.501.271.57	-267.218.868,33	3.302.484.899,39
2067		103.873.710.81	-54.016.788,58	-321.235.656,90	3.411.259.293,12
2068		105.917.949.72	-55.562.458,26	-376.798.115,17	3.523.855.694,6
2069		107.997.983,51	-57.138.937,14	-433.937.052,31	3.640.432.482,9
2070	51.367.636,84	110.114.532.16	-58.746.895.32	-492.683.947.63	3.761.155.221,6
2071		112.268.330,01	-60.387.016,80	-553.070.964,44	3.886.197.002,0
2072	52,400,126,34	114,460,126,07	-62.059.999,74	-615.130.964,17	4.015.738.802,2
2073			-63.766.556,73	-678.897.520,91	4.149.969.865,0
2074	53.453.368,88	118.960.784,01	-65.507.415,13	-744.404.936,04	4.289.088.092,9
2075			-67.283.317,33	-811.688.253,37	4.433.300.463,4
2076		123.622.802.66	-69.095.021.07	-880.783.274.44	4.582.823.464.1
2077		126.016.359,15	-70.943.299,74	-951.726.574,18	4.737.883.549,5
2078			-72.828.942,71	-1.024.555.516,89	4.898.717.620,0
2079					[[1]
2080					
2081			-78.718.197.58		
2082					
2083					5.798.626.562.6
2084					
2085					
2086					되다 할머니지 않아 가장 맛있다면서 없다.
2087			## [(
2088			1 5969 LUD 100		
2089	네	H			
2090					
209		기 : ' - ' - ' - ' - ' - ' - ' - ' - ' - ')
2092		18 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2			
- 1					일 집
2093					
209-					
2095		H			에 다 그 그 아이를 살아왔다면 하다 하게 되었다.
2096	66.534.256,00	180.669.802,68	-114.135.546,68	-2.705.220.547,7.	9.129.658.997,6

FONTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Plano Previdenciário





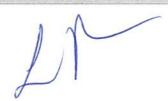
^{1.} Resultado Aritmético

^{2.} Resultado com a capitalização do saldo financeiro



ANEXO DE METAS PISCAS INTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚSCIA DE RECEIT O NOTA

TRIBUTO CONTRIBUIÇÃO	MODALIDADE	SETORES PROGRAMAS BENEFICIAZIO	RENUNCL	DE RECEITA	PREVESTA	COMPENSAÇÃO
TRIBCTOCONTRIBUTORS	SILDALIDALE	SENSES PROGRAMS REVENUES	2023	2024	2025	
lee .	REMISSÃO ^{PI}	ALTONOM REPERLADORAGE METALTHIC VALUE SATURED NA CVSA ČINE AGAPT 27 DA 121 4 400 FF ART 1º DA 121 M 8.366.2012 3	164 760,06	113 451,70	117 594,15	CHINCHMAN PROVINCIAMO ART, SA INCHMIC DALBECIAMP EMENTAR IIII DING GARDATANTES PREVISÃO DE REMÍTICOS ARE ACTIONIDES ANTINA PROVINCIANA ALA ESTINA, AMENT ÉRIA TM CADACISES EXEMPLANCEROS.
154	REDUÇÃO DE ALÁQUATA ⁴⁵	CURCERIUMTER PRINTADORES BRIEDON/INCOME REDUCÇÃO DE ALÂQUOTA (ARTRODEZ) A MODALES W 6-879/2001, REGISLAMENTADA PELO DECRETO N° 15-314-2007s	5 143 527,97	5.297.462,63	5.464,960,82	CUBURNE PRIVISIONO ART 14 DA PROCISALEI CAMPLIARINTAR 161-2081, ONE-WIANTES PRIVISÃO DE ARPICISA SA REA CONSIDERADO A OSTINATIVADA LEGOR, AMIS TARIA EM CADAS SER EXPENSADERES
iss	OUTROS BENEFICIOS ¹⁰	CENTRIBLENTES QUE EXCREM A ENISAÑO DE NOTA FEM AL DE PRESE AÇÃO DE SERVIÇOS (EXEVA 100 2014 BECEL A MENTADA PELO DECRETO VE MINICIONA)	2.475.718,79	2.569.797,88	2 652 021,01	CONFORME PREVIETONO ART 14, INCISIOL DALECCIMPLEMENTAR HIS 2006, ONE-NITANTES PREVIDAD DE RENGINCIA MERACINNERIS AND NASTINATIS ABALEGOR, AMENTÂRIA IN CARADERIC ERIOLANI ERIO.
the	ANESTIA "	CONTERLINTERQUEEPETUAR AMPAGAMENTODE OBSETON THE SERVE SMICH CAN THE ACCOMPRISE PROPERTY AND MET YAR OF REPORT OF NACE LESS STRONGS, MET COST, COST 2003 & CRICCASPILIMENTAR 205-2022.	1.972.881,11	2.647.850,60	2.113.381,62	CORPORNE PRIVIEW AND ANY 14, PACIFICAL ELECTRIC PRINTER 1800 ROBERTANTE PRIVIEW DE REFERENCE AND AND ADMINISTRATION CARROLANGE ROBER AND ADMINISTRATION CARROLANGE ROBER AND ADMINISTRATION AND ADMINISTRATION CARROLANGE ROBER AND ADMINISTRATION
Betto	PEMESSÃO "	CUATRIEL INTERQUIREFETUAMINADAMENTO A VISTAL ME VENÇAMINTO COPA DINE A QUE DO ART DE DA LEEN A 476-W E MICAS ALTERAÇÕESE	5 42 \$ 916,88	5.636.625,72	5 810 184,55	COPPORATE PER VEEDING ART: H. DICHIGLIAL EL COMPLINENTAR INCORCONENTANTE! PREVIGACION RENACIA GENACIONER AND NAJISTRACTIVADAL EFORÇAMENTARIA EN CADALEZ ENCERPIGANICERO.
PTU	REMISSÃO 10	CONTRIBUTOTE DE ETPM ACTIMA DE 49 ANOMEROS APOSENTADO PORONCAL DEZ QUE EFFET, AOPAGAMENTO DE TORO EXUSE ROFEM COTACONCAÇMET EN DALLEN * 4 ANOTE EN DA ALTERAÇÕES)	396, 917,16	401,814,58	413.867,69	CONSTRUCTOR SERVICION ART. IL INCISSO LIBALISI CRAIM LIMINITAR (IL 1988, OSENITANTE) PREVERANDE RENONTA SER ÁCCIONERR RECONSENTIMATES ADALISES (CARANTÁRIA EL CADADIS ROCK REPINANCERO).
PTU	Banção th	CONTRIBETOTERPROPRIET AND CODMINSTRUCK AS STACKS ON ASSAULT AND COMPANY AS AS ASSESSMENT AS AS ASSESSMENT AS ASSES	6,446 £53,72	6,691,418,97	6,999,544,37	CONCORNE PREVIETO NO ART A, INCIDENTIAL DESCRIPTION DE LA UNIDAR, O INCIDENTIAL DE CORRESTANTE. PROVINCIA DE RENGOS DA MERATORIORISMO DO NARESTRALITA ADALLEMOS, ANDRO Í ÁRIA EN C. ADALLEM S. B. BYDANE BIRO.
PTU	NENÇÃO®	PRÉDIMENTE DATERNE VISTO NO PACISO VI. ART. «TA DITECHANTE DATERNE VISTO NO PACISO VI. ART. «TA LEI CONSTITUTE L'ARACTERAÇÕES.	1.457,81	1.513,20	1.561,62	CENTROPHE PER VICTORIO ART. LE PROPRIOTE DE LES CAMPATAMENTA A DIRECTORIO ANTO ENTRE PER VICTORIO A STEACODA DEL CARDA CENTRO CA ARTO A STEACODA DEL CARDA CENTRO DEL CARDA CENT
IPTU	BENÇÃO ⁽¹⁾	DISTITUS, ORIGINANS MONTHEL O FATRIMANIO MATERIAL BRANK DIRECTOR PROPRIETURO TITUTO KI PATRIMANIO RIBITORIO DE LATERTICO NACENCA, PRIANDO AND ERRING	2,635,61	2,725,76	2.823,30	CYMPORME PREVISIONO ART. IA INCRINCE DALLICEMPERMENTAR HE 70M ONEONTANTE PREVISÃO DE BENCINCIA ARRA COMBINERADO NEISTIMATIVA DALLICO ÇAMENTÂRIA E A DALIZAME REVISANCEIRO.
setU	ANISTIA III	CTINTEDS INTERGET EFFITI SE AMPAGAMENTS CIE DÉBITAS DICE BITAS EMERICADA ATIVA CONTERNO DATIONAL MOLTAS E REROS PREVISTOIANAL ESS CEVONIA, BELLOSIO E SORO DES	2.956.356,37	3 Smil 647,93	3 165 896,24	CENTROMEPREVICTION O ART 14, INCHROLD LALBIC COMPLANDING A 161 DISK, OMERICANTE- PREVINANCIA REPORTA 14 SER ACCOMINER AND A RETURATE AND ALBICHIC, AMENT ARIA PA CANADERRIC/SOFINANCIRO.
iT16	REDUÇÃO DE ALIQUOTA ⁽⁶⁾	CONTRIBUTED STATEMENT OF THE CONTRIBUTED OF THE CON	281.550,90	294,325,84	393.744,27	CUMPLINES PREVISTONICART I CLIRITROS, DALEI CLARPLANENTAR IN-2014, OMENTANTE PREVISACION REPÚNICA SER ACONDICHE SEO NA ESTRACTÍVADA LEIONE, AMENTARIA ES CADALESTOS REPÚNICAS ESTADACEMENTOS
TT NO	ANISTIA ⁽¹⁾	CONTRIBE INTERQUE FFETU ARAMPAGAMENTHOSE DÉBETOR DISCRIPOS DALDÍVEDA ATIVA CON DESCRIPTORIAS MELTAS E RIBOS PERVISTOS NACLES (795 2016, NEL 2017) E 1000/2019	361 102,32	319.394,69	329.615.32	CONFORME PREVENTIONELART. IL INCISCI, DALEI COMPLIMENTAR HO 2006, OMENTANTE PREVINÀO DE REMONCIA MERÀ CONNICIE ACO NAMITHALITY ADALEI GREÇAMENTARIA ES CADADOGRE REMONANCIRO.
ELECTRIC STRUMBER STRUMB	Subsetal (1)		26 124 126 40	N 416 106 80	27.284.221.16	







LICIDE DEBETRIZOS CIRÇAMENTÁRIAS ANEXECTIV METAR PISCAN STIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÉNCIA DE RECEITA

тинстоскатинсько	MODALEDADE	ALDIADE SETORES PROGRAMAS RENTRICADO		ADERECEITA	PREVESTA	COMPINSAÇÃO
			2023	2024	2925	CORPTNSACAO
TCHS	RIMINAO ™	CONTRIBUNITE AGA E FESTUANIT AGAMENTO AVESTAR NO VENCIMENTO CETTA CINC. AG. P.CO. ARE (A DALES INP. 4 CHETTE SCARALTERA; CEN)	2.408,978,22	2,500,519,40	2.589.536,82	CXPICAME PREVIOU MART. IA INCIDITALEN CARRICAMENT AB INCIDENCI MEDITANTI UAPRIVISÃO DE ESACIA TAMBAC CONCONTRACION ASTIMATIVA MALERIAN, AMENTARIA ENICADAL SERVICE DE PROCESSOR ESACIA.
TCRN	RIMINAÇO**	CAPITEMENT OF THE ACTION OF MANUFACED AND AND THE OFFICE OF THE ACTION O	340,385,60	319.320,26	364.636,50	CUPPLEME PRETRITO NO ART. 14 INCINCTED LIALEST AND REMOVE ARE STORMED AND A SELECTION OF THE ART STORMED AND A SELECTION
TCRS	вижско о	PATETTE, ÖRRÜCE PAMALEMOTÜTÜL FARATÜRAĞMED BAATERIAL BRANKLERIOOZURTERIOORI GERATÜLETÜLÜDÜ PATERIOĞMORRI FORMOLO ARTÜSTÜLLE ARTÜSTELD PATERIOĞMORRI FORMOLO ARTÜSTÜLLE ARTÜSTELD PAKERYAL EPILANÇENDE LÜRAN	5 136,13	5.331,30	3.501,30	CURPORME PREVIOUS ORDAYE AL, INCHRILDA LESCUMPLEMENTS AR DE 2000.0 MORT ANT THA PREVIDÂNCE RENCOS SANGA ÁCONOMERS ARRON ARTHMATICA DA LESCUAÇAMENTÁRIA EMIC ADALDER É ROPESANCE ER.
TCRS	ANINTIA "	CLENTERS OF FENCHE PETELAKANPAGAMENTERS DÉBETOS JOSE REFLIERA DIVERSANTES AL ESCELLES LONTO NASARIE E ALE EL RIGHE PETETETES NASI ESPACES ZEIN, 9112017 EL ATREONE	2.281.297,44	2.367.976,36	2 443 751,60	CUMPTEMETREVERTO MA ART I.A. DIA INVILINALI DESCRIPTIONEMENTA E DE 2006, DANCH ANTE HARPEVERÀ CIDER E MELA LIA DE LA PARTA DEL PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DEL PARTA DE LA PARTA DEL PARTA DE LA PARTA DEL PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DEL PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DE LA PARTA DEL PAR
EXINAPIÇÃOCONTROLE PISCALIZAÇÃO	ANDITA **	EXPITABLISTENÇA PETE TUARAMPAGAMENTORIP DÉBI TORMINICATION EM PRIVADA APTICACIONDESCUR TO NASANCIZAS A RIGIR PREVENTOS MALLES ACTUALISM PULSONET A SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-SUB-	69.439:50	72.6998,44	34.405,59	CENTROME PREVIOUS ART, ILLINGHIAL BALLFICARTE AMENITA SE DIS STRE, O ARPIG ANT DA PREVILÃNOS ERICÉNCIAS ESTÁ EXPOSERS ADVINANTIBAÇIVA DALESON, AMERICÂNIA ESTÁ ADALESEE É SUPRANCESEE.
TX PORTE PLEXA	ANINTIA **	CONTERE INTERECRETE TURE AMPROAMENTURE DESCRIPTION RELIGION ON INVESTATIVAL UNIQUE UNIQUE NASMESTAS E RIGOS PROVINCIAN NASL ESSÉTES ZERA 913.2017 E. REGUERE	36.332,40	37.713.63	38.919,85	COMPANY PREVIOUS ART ALEXCENT LIABLE CARL ARRIVAR RESIDENCIA MATERIAL AND ART ANTE THAT THAT A THAT ARE ARRIVADED ART ARE ARRIVADED ARE ARRIVADED ARE ARRIVADED ARE ARRIVADED ARE ARRIVADED ARRIVADED.
COSIP	ANISTIA ⁽⁸⁾	CURTERS INTERCRETE TO ARAPPACIAMENTORS DESIGNATION ENTERS AND ACCOMMISSION OF NASANGATAS A RESPONSE VESTOR AGAINST A STRENGT OF NASANGATAS AND ACCOMMISSION OF THE PROPERTY OF THE	29.001,54	30,161,66	31.064,92	CUMPLEME PREVIETO NO ART 14 INCHOLO BALESCAMPLEMENTAR SECUNDO ORDITANT BARREYSSÄDDERENÜNVARPRÄVVONDRERADONARSTRAATVADALESCH ÇARINTARIA ENCAPALLIBL IL RUPPLANT ERRIS
Maria de la companione de	Subjected (II)		5 176 588 34	1 M1 662 M	C. C18 806.30	
	POTAL (1+H)	TO THE RESERVE OF THE PARTY OF	26 6 40 904 74	31,845,241,19	17 455 656 46	The state of the s

FONTE, SISTEMAS MOSILIANO, MOSILIÁRIO E DIVIDIATIVADA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENCA

NOTA 2 OR VALUEDE FORMAP PROSETADOS APUCANDOSE A PREVISÃO DO SPOA DIVUAÇÃO DO SPOA DE LA PREVISÃO DO SPOA DIVUAÇÃO DO SPOA DIVUAÇÃO DO SPOA DE LA PROVINCIA DO DE A PROVINCIA DE A PROVINCIA DO DE A PROVINCIA DO DE A PROVINCIA DO DE A PROVINCIA DO DE A PROVINCIA DE A P

C demonstration represents been

O dimensional parameterials, how a freehinghe de bronz mans transpervite audinosation de bronze mans transpervite audinosation de production and production

estimated to extract the season of the seaso

resolution of the subfigure parts an amountable protection from a 1 amountable protection fro

17 has seen as pragment on one on surrous con discovers co

(§ Nax comes de avertale des multius a junto dats coldate tendritos em Dieta Africa, o statuto de avertale de avertale de avertale de avertale de avertale que considerando e multir de avertale que considerando e avertale averta

(4) New cases de reducido de situació de 10% o cisidade de contracto o partir de visualidade que contractor que a contractor que activament debutivos que activament debutivos que activament de proposito que proposito que contractor que activament que activament de contractor que activament que activament

(ii) Non-search of medicing-by-actions and the control of the cont

Approximent for emrittivities on except any demonstrations roles approximate in the process of the configuration o



Prefeitura Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo Secretaria de Fazenda

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2023

AMF -Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	****
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Liquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00





O documento foi adicionado eletronicamente por VINICIUS PATRICIO OLIVEIRA, CPF: ***.*79.837-** em 25/08/2022 16:59:11. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/ e utilize o codigo abaixo: 21B57EA7-1183-461C-8B2D-A43FBC7B9726

